



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PRESENCIAL**

**REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL
NOVEMBRO DE 2016**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**
José Mendonça Bezerra Filho

Ministro da Educação

Tomaz Aroldo da Mota Santos

Reitor

Aristeu Rosendo Pontes Lima

Vice-Reitor

Pró-Reitora de Administração

Thiago de Albuquerque Gomes

Pró-Reitora de Extensão, Arte e Cultura

Rafaella Pessoa Moreira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Andrea Gomes Linard

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Albanise Barbosa Marinho

Pró-Reitor de Planejamento

Plínio Nogueira Maciel Filho

Pró-Reitor de Políticas Afirmativas e Estudantis

Alexandre Cunha Costa

Pró-Reitor de Relações Institucionais

Edson Borges

Diretora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Coordenadora do Curso de Administração Pública presencial, Presencial

Maria do Rosário Fátima Portela Cysne

Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Antônio Roberto Xavier

Eliane Barbosa da Conceição

Luís Miguel Dias Caetano

Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne

Rosalina Semedo de Andrade Tavares

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso: Administração Pública

Duração do Curso: 4 anos

Regime Letivo: Seriado Semestral

Turno de Oferta: Integral

Vagas Autorizadas: 100 vagas anuais

Carga Horária: 3.220 horas

Título Aluno: Bacharel em Administração Pública

Quadro 1: Professores Efetivos Vinculados ao Curso de Administração Pública presencial

N	NOME	SETOR DE ESTUDO	TITULARIDADE	REGIME
1	ALAIN SOUTO RÉMY	Direito	Mestre	40H/ DE
2	ALEXANDRE OLIVEIRA LIMA	Administração Financeira e Contabilidade e Controladoria	Doutor	40H/ DE
3	ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN	Teorias das Organizações e Administração Geral	Doutor	40H/ DE
4	ANTONIO ROBERTO XAVIER	Administração e Políticas Públicas	Doutor	40H/ DE
5	CARLOS AIRTON UCHOA SALES	Direito	Especialista	40H/ DE
6	CARLOS MENDES TAVARES	Métodos Quantitativos Aplicados à Ciências Sociais Aplicadas	Doutor	40H/ DE
7	EDUARDO SOARES PARENTE	Gestão da Informação e Métodos Quantitativos	Doutor	40H/ DE
8	ELIANE BARBOSA DA CONCEIÇÃO	Contabilidade Pública	Doutor	40H/ DE
9	HUGO MARCO CONSCIÊNCIA SILVESTRE	Teoria das Organizações e Administração Geral	Doutor	40H/ DE
10	JOÃO COELHO DA SILVA NETO	Administração e Políticas Públicas	Doutor	40H/ DE
11	JOSÉ WEYNE DE FREITAS SOUSA	História Econômica	Doutor	40H/ DE
12	LUIS MIGUEL DIAS CAETANO	Administração e Políticas Públicas	Doutor	40H/ DE
13	MARIA APARECIDA DA SILVA	Administração Geral	Doutor	40H/ DE
14	MARIA DO ROSÁRIO FÁTIMA PORTELA CYSNE	Ciência da Inf., Biblioteconomia, Gestão da Inf. e do Conhecimento	Doutor	40H/ DE
15	MARIA VILMA COELHO MOREIRA FARIA	Gestão Social	Doutor	40H/ DE
16	MARÍLIA DE FRANCESCHI NETO DOMINGOS	Sociologia das Organizações	Doutor	40H/ DE
17	PEDRO ROSAS MAGRINI	Teorias das Organizações e Administração Geral	Doutor	40H/ DE
18	ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES	Teoria das Organizações e Administração Geral	Doutor	40H/ DE
19	SÂMIA NAGIB MALUF	Economia	Doutor	40H/ DE
20	SANDRA MARIA GUIMARÃES CALLADO	Economia e Finanças	Doutor	40H/ DE

Fonte: ICSA.

APRESENTAÇÃO

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) objetiva integrar os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), através de intercâmbios de docentes e discentes, fomento de pesquisas e oferta de ensino superior público a cidadãos de países, tais como: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Macau (região administrativa especial da China). O apoio à África e as regiões asiáticas de tradição lusófona foi definido como foco principal na Conferência Mundial de Educação Superior realizada, em julho de 2009, pela Unesco em sua sede em Paris.

As universidades brasileiras de integração regional e internacional buscam se inserir no momento histórico em que o Brasil assume novas responsabilidades no cenário internacional. Nesse contexto, surge a Unilab, entre outras. Trata-se também de uma política de abertura para o mundo que as universidades brasileiras já vêm realizando através de programas de mobilidade com instituições congêneres de outros países. A Unilab vai além dessa prática, ao definir conceitualmente a formação de modo articulado com outras universidades dos países da língua portuguesa, principalmente africanas, indicando que os alunos brasileiros da Unilab poderão realizar parte de seus estudos em outros países

As Diretrizes da Unilab apontam para inovações no âmbito do processo de ensino-aprendizagem que transcende as propostas convencionais de criação de uma universidade, buscando um ensino de alto padrão, comprometido com a realidade política, econômica e socioambiental brasileiro e dos demais países da CPLP. Isto pressupõe um saber relacionado não somente com o conhecimento científico, mas também com o compromisso e engajamento na formação de profissionais aptos, do ponto de vista dos conhecimentos técnico, científico, informacional e sociais, para apontar caminhos, amenizar e solucionar problemas complexos das realidades de seus países de origem.

A Missão da Unilab (LEI DE DIRETRIZES, UNILAB, 2010, p. 12) é

Producir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão de língua portuguesa - especialmente os africanos - por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico, e cultural e compromissados com necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

Essa missão se vincula à *práxis* por meio do objetivo geral da Unilab: “Promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva

intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), visando seu desenvolvimento econômico e social” (LEI DE DIRETRIZES, UNILAB, 2010, p. 13).

A revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração Pública, presencial, acontece no mesmo momento em que o Brasil recebe a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e, igualmente, assume a presidência da CPLP. Este momento, é um reforço das relações intitucionais entre o Brasil e os restantes estados membros, sinalizando, ainda mais, a missão estratégica da Unilab no espaço lusófono.

Considerando a sua missão educacional e social, a Unilab tem como prioridade a formação de lideranças capazes de se comprometerem com o desenvolvimento econômico, humano e justiça social, a democracia e a cidadania, produzindo e disseminando conhecimentos.

SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO	6
1.1 UNILAB	6
1.1.1 Nome do IES	6
1.1.2 Bases Legal da IES	6
1.1.3 Perfil e Missão da IES	6
1.2 REALIDADE REGIONAL	9
1.3 JUSTIFICATIVA (CONTEXTO EDUCACIONAL)	11
1.4 LEGISLAÇÃO	13
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	15
2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO	15
2.1.1 Objetivos do Curso	15
2.1.1.1 Objetivo Geral	15
2.1.1.2 Objetivo Específico	16
2.1.2 Perfil Profissional do Egresso	17
2.1.2.1 Competências e Habilidades	18
2.2 DADOS DO CURSO	18
2.2.1 Administração Acadêmica	18
2.2.2 Funcionamento	19
2.2.3 Formas de Ingresso	19
2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	20
2.3.1 Integralização Curricular	20
2.3.1.1 Atividades Complementares	20
2.3.1.2 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	22
2.3.1.3. Estágio	23
2.3.1.2 Planos de Integralização da Carga Horária	24
2.3.2 Metodologias de Ensino	25
2.3.3 Estrutura Curricular	26
2.3.4 Conteúdos Curriculares	31
2.3.5 Ementas	33
2.3.6 Flexibilidade Curricular	105
2.3.7 Apoio ao Discente	106
2.3.8 Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem	109
3 RECURSOS	111
3.1 CORPO DOCENTE	111
3.1.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	112
3.1.2 Funcionamento do colegiado do Curso de Administração Pública	113
3.1.2.1 Atuação do (a) Coordenador(a).....	114
3.1.2.2 Regime de Trabalho do Coordenador do curso	114
3.1.2.3 Carga horária da Coordenadora do Curso	114
3.2 CORPO DISCENTE	115
3.3 INFRAESTRUTURA	115
4 AVALIAÇÃO	117
4.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	117
4.2 AVALIAÇÃO DOCENTE	117

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 UNILAB

1.1.1 Nome do IES Nome da IES

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab)

1.1.2 Bases Legal da IES

A Unilab foi criada em 20 de julho de 2010, mediante a lei nº 12.289, sancionada pelo Presidente da República, e publicada no Diário Oficial da União (DOU), nº 138, de 21 de julho de 2010, seção 1, p. 4.

A Unilab é uma universidade pública federal, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede (reitoria) e foro na Avenida da Abolição, 3, Centro, cidade de Redenção, Estado do Ceará, CEP. 62.790-000.

1.1.3. Perfil e missão da IES

Atendendo à diretriz do Ministério de Educação (MEC) de interiorização da educação superior no país, a Unilab busca configurar-se como uma universidade *Multi-Campi*, pretendendo para tanto implantar uma rede de unidades, a fim de atender às demandas dos municípios da região do Maciço do Baturité e do Recôncavo baiano e de seu entorno, com extensão às demais localidades dos Estados e do Nordeste brasileiro.

A Unilab busca tornar-se um novo centro de referência e integração entre países da CPLP por meio da ciência e da cultura, constituindo-se espaço de cooperação, acúmulo e transferência recíproca de ciência e tecnologia, de intercâmbio de culturas e de promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, os eixos sobre os quais se estruturarão as atividades da nova universidade levarão em conta as principais demandas dos países em termos de formação.

Desta maneira, inicialmente a universidade está atuando nas áreas de Agricultura, Energia e Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável, Formação Docente, Gestão Pública e Saúde Coletiva. Existindo, ao mesmo tempo, apoio à formação integral dos alunos por meio da articulação entre ensino-pesquisa-extensão, gerando programas formativos com abordagens trans e interdisciplinares.

A fim de concretizar sua proposta de integração, metade dos alunos da Unilab deve ser composta por jovens residentes no Brasil e a outra metade de alunos oriundos dos demais países da CPLP, especialmente africanos. Esta meta ainda não foi alcançada, mas devem se realizar esforços institucionais para tanto. A seleção de alunos brasileiros ocorre através do ENEM e dos alunos internacionais, por meio de processo próprio da Unilab: Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE).

Os docentes e pesquisadores são contratados seguindo a mesma lógica de parceria, podendo até metade de seu corpo docente – regular, visitante e bolsistas – ser de origem estrangeira, perfazendo a proposta de integração acadêmica e cooperação solidária.

A formação acadêmica é dividida em cinco momentos – inserção à vida universitária, formação geral, formação básica, formação profissional específica e inserção no mundo do trabalho. Nesta última planeja-se que os alunos, por meio de um sistema de estágios, com monitoramento da universidade, apliquem os conhecimentos aprendidos.

A proposta de formação busca assegurar a permanência dos alunos, tendo em vista a conclusão dos cursos. Em função disso, tem sido desenvolvida política de acompanhamento e assistência estudantil, integrada ao processo educativo com apoio em monitorias e bolsas de estudo.

Espera-se que a Unilab conte, cada vez mais, com o apoio e a participação de universidades públicas já atuantes nos países de expressão portuguesa, desenvolvendo ações conjuntas com outras instituições sociais e comunitárias que se destacam na integração étnico-racial e na cooperação com países africanos e asiáticos, visando ampliar e potencializar os programas já existentes de cooperação com o Brasil.

A partir do contexto de interiorização e internacionalização do ensino superior, a Unilab tem como missão institucional específica formar cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (BRASIL. Lei N° 12.289, de 20 de julho de 2010).

Além disso, a Unilab busca promover avanços na produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de países de expressão em língua portuguesa, em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária. E, portanto, um novo centro de referência e integração destes países por meio da ciência e da cultura, constituindo-se espaço de

cooperação, acúmulo e transferência recíproca de ciência e tecnologia, de intercâmbio de culturas e de promoção do desenvolvimento sustentável.

É ainda missão da Unilab, produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos demais países de expressão em língua portuguesa - especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente - por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural, e compromissados com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

Atualmente a Unilab possui quatro Campi em funcionamento: o *Campus* da Liberdade; *Campus* das Auroras, ambos localizados na cidade de Redenção; o *Campus* dos Palmares, localizado em Acarape, ambos no Estado do Ceará, CE, e o *Campus* dos Malês, em São Francisco do Conde, Bahia, BA.

A Unilab tem seis Institutos que se configuram como unidades acadêmicas: Instituto de Ciências da Saúde; Instituto de Humanidades e Letras; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável; Instituto de Ciências Exatas e da Natureza e o Instituto de Desenvolvimento Rural, e 18 cursos de Graduação: i) Ceará: Administração Pública, presencial; Agronomia; Presencial em Humanidades; Ciências da Natureza e Matemática; Enfermagem; Engenharia de Energias e Letras; Física; Química; matemática; Ciências Biológicas; Sociologia, História. Antropologia e Pedagogia; ii) Bahia: Presencial em Humanidades e Letras e três Programas de pós-graduação stricto sensu: Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis; Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e Mestrado Acadêmico em Enfermagem.

No *Campus* dos Malês em São Francisco do Conde, Bahia, as atividades de ensino iniciaram em 2014 com os cursos de Letras e Presencial em Humanidades do do Instituto de Humanidades e Letras.

A Unilab possui as Pró-Reitorias que são órgãos executivos que auxiliam a Reitoria no exercício de suas atribuições, sendo-lhes delegadas funções concernentes às suas respectivas áreas de atuação. Atualmente a Unilab possui sete Pró-Reitorias, como indicadas no guia do estudante (UNILAB, 2014, p.6-9)

- a) Pró-Reitoria de Administração: uma unidade da Administração Superior da Unilab à qual cabe, simultaneamente com a Pró-Reitoria de Planejamento, a gestão dos recursos financeiros da universidade. Essa gestão se dá por meio da execução orçamentária destinada ao atendimento das demandas das unidades acadêmicas e demais unidades administrativas, abrigando, ainda, a gestão de contratos firmados com terceiros e de recursos humanos. Com isso, tem como missão prover, continuamente, com

eficiência, eficácia e efetividade os meios necessários à manutenção e crescimento da capacidade de gestão das atividades-fim da Unilab, desenvolvendo ações administrativas voltadas para atender as demandas e expectativas da instituição, para a plena satisfação das necessidades da comunidade universitária.

b) Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura: Órgão executivo para as áreas de extensão arte e cultura ao qual compete selecionar, acompanhar e fiscalizar os programas e projetos de extensão, arte e cultura cadastrados na Unilab, além de estimular e apoiar atividades correlatas dentro e fora da Universidade. À PROEX compete, ainda, estimular e promover o diálogo da Unilab com a comunidade externa, por meio de ações extensivas, que coloquem em contato os conhecimentos produzidos por professores e estudantes e os saberes comunitários, bem como a atividades no campo da arte e da cultura abertas para a participação da comunidade acadêmica e da população em geral;

c) Pró-Reitoria de Graduação: Órgão executivo para a área de graduação ao qual compete realizar o acompanhamento e a fiscalização dos cursos de graduação, a realização e acompanhamento dos processos seletivos de estudantes de graduação, bem como auxiliar a Reitoria na superintendência das atividades formativas no nível da graduação. Essa Pro-Reitoria, também, é uma instância administrativa da Unilab responsável pela implantação e pelo acompanhamento das políticas institucionais de ensino de graduação, por meio de ações empreendidas em consonância com as políticas para a graduação do Ministério da Educação. Tendo como foco o estudante e sua formação, a Prograd proporciona oportunidades de vivência profissional aos estudantes de graduação por meio da gestão de programas que potencializem a formação profissional de excelência.

d) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Órgão executivo para as áreas de pesquisa e pós-graduação ao qual compete realizar o acompanhamento e fiscalização dos cursos de pós-graduação, a execução, acompanhamento de fiscalização de programas e projetos de pesquisa cadastrados na Unilab. À PROPPG compete, ainda, realizar ações de fomento à pesquisa na Unilab e atuar como auxiliar da Reitoria na superintendência de atividades de formação no nível da pós-graduação e da pesquisa científica em geral no âmbito da universidade.

e) Pró-Reitoria de Planejamento: A Proplan funciona como órgão da Administração Superior a quem compete o assessoramento da política global de planejamento da Unilab, tendo como esteio básico a ética e transparência, e, com a intenção de propiciar a consecução da sua missão, ela realiza análise técnica da evolução da universidade e de assessoria, na formulação de diretrizes e metas para o seu desenvolvimento. Compete ainda à PROPLAN a coordenação da elaboração e consolidação das propostas do orçamento da Unilab, assessorando as demais unidades administrativas no âmbito de sua competência. As suas ações são pautadas visando atingir a eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos da universidade e dessa forma, contribuir para uma elevação dela a patamares cada vez maiores.

f) Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis: Órgão executivo para as áreas de promoção a ações afirmativas em benefício de minorias étnicas, raciais, sociais e de gênero e apoio ao estudante na Unilab. A Propae é a unidade gestora responsável por incentivar, acompanhar e promover ações que contribuam para o desenvolvimento do estudante em toda a sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas social, técnico-científica, cultural, política e esportiva. Faz parte da sua missão fortalecer o vínculo institucional do estudante por meio de políticas de promoção do

acesso, permanência e melhoria contínua da qualidade de vida do estudante dentro da universidade.

g) Pró-Reitoria de Relações Institucionais: A Pró-Reitoria de Relações Institucionais é o órgão da Administração Superior que tem como objetivos promover e implementar, em parceria com outras Pró-Reitorias da Unilab, estratégias de cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa; dialogar com as diversas instâncias da Unilab, para promover a integração dessas no sistema de mobilidade; criar espaços de debate e formação sobre cooperação sul-sul e interculturalidade; apoiar os grupos de pesquisa da Unilab para o estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de projetos temáticos interinstitucionais; articular projetos em rede que envolvam múltiplas instituições conectadas, em âmbito nacional e internacional, abrangendo o Maciço de Baturité, no Ceará, São Francisco do Conde, na Bahia e regiões circunvizinhas, países africanos, em especial de língua portuguesa, e Timor Leste.

Para incentivar a pesquisa, o ensino e a extensão, a Unilab possui diversos tipos de programas que oferecem bolsas: programa de assistência estudantil, o programa de iniciação científica com bolsas da CNPq, FUNCAP e UNILAB/IC; CAPES/PIBID e JTICI; UNILAB/PROBT, PBM e PIBDIN; MEC e Saúde/MS/PET, e bolsas de extensão da UNILAB e do PRO-EXT. PIBEAC/Unilab; PBP/MEC; PROEXT/MEC; PULSAR; Projeto Intesol/CNPq, bolsa de monitoria.

1.2 REALIDADE REGIONAL

Do ponto de vista sociopolítico, os cursos da Unilab refletem a visão de que se faz necessário assumir o compromisso de atender às necessidades do meio a que serve. Nessa ótica, a sua localização se apresenta como um diferencial no processo de formação de profissionais comprometidos com a transformação econômica e social.

O município de Redenção está localizado na região do Maciço de Baturité, a 65 km de distância de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A região é composta pelos municípios cearenses de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Araciaba, Acaraípe, Redenção, Barreira e Ocara, além dos municípios de Guaiúba e Caridade.

Os municípios da região refletem condições econômicas, que atrelados à realidade social local, justificam a consolidação da Unilab como um instrumento relevante para o desenvolvimento da região.

Tomando por base alguns dados econômicos, Redenção apresentou em 2010 a população estimada de 26.423, Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 de R\$ 90.982.000,00 e PIB per capita, no mesmo ano, de aproximadamente R\$ 3.417,29, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Dados populacionais, econômicos e sociais dos municípios do Maciço de Baturité

DADOS GERAIS SOBRE A REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ					
Municípios	Área km²	População Estimada 2016	PIB 2012 (R\$ 1 mil)	PIB per capita 2012 (R\$ 1)	IDH 2010
Acarape	155,188	16.418	100.237	6.260,49	0,606
Aracoiaba	656,532	26.203	138.694	5.336,87	0,615
Aratuba	142,538	11.300	65.040	5.664,56	0,622
Barreira	245,946	20.835	109.764	5.388,26	0,619
Baturité	308,780	35.154	237.588	6.884,22	0,642
Capistrano	194,797	17.621	88.044	5.039,70	0,611
Guaramiranga	59,471	3.632	44.706	11.436,70	0,637
Itapiúna	588,684	19.872	90.056	4.636,89	0,604
Mulungu	134,594	12.682	70.605	5.789,19	0,607
Ocara	765,366	25.261	108.937	4.186,13	0,594
Pacoti	111,959	11.936	91.821	7.744,06	0,635
Palmácia	117,816	13.022	58.600	4.641,93	0,622
Redenção	225,626	27.358	199.193	7.353,56	0,626
Ceará	148,826	8.963.663	73.143.490,08	8.160,00	0,682

Fontes: IBGE- Cidades¹; IBGE – Estados@²; Atlas de desenvolvimento humanos - Brasil³(dados tabulado pela Comissão).

Os dados acima evidenciam o potencial para crescimento e desenvolvimento da região, tanto do ponto de vista econômico, pelos dados de PIB dos municípios, quanto pelo desenvolvimento, apontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse contexto, a atuação da Unilab na região, poderá causar impacto positivo nesses índices, dadas condições de crescimento e desenvolvimento ainda muito abaixo da média do Estado do Ceará e do Brasil.

1.3 JUSTIFICATIVA (CONTEXTO EDUCACIONAL)

A Unilab tem estrutura *Multi-Campi*, com o campi no Estado de Ceará, *Campus* sede no município de Redenção, no Estado do Ceará e *Campus* no município de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia. É considerado *Campus* Universitário cada uma das bases físicas integradas e com estrutura administrativa própria em que são desenvolvidas as atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão da Unilab.

¹ Dados sobre os municípios, disponíveis em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2306504>. Data do acesso: 09 de dezembro de 2016.

² Dados sobre o Estado disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ce>. Data do acesso: 10 de dezembro de 2016.

³ Dados relativos ao IDH, disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Data do acesso: 10 de dezembro de 2016.

As áreas de atuação acadêmica da Unilab estão estreitamente alinhadas com os objetivos institucionais. Dados a missão e os objetivos e tendo em vista a meta de potencializar a interação acadêmica na perspectiva da cooperação solidária, são priorizadas áreas que refletem os principais problemas dos países parceiros, bem como da região onde a universidade está inserida.

Neste sentido, as áreas identificadas como prioritárias para atuação acadêmica foram:

- a) Agricultura: a produção de alimentos de forma ecológica e socialmente sustentável, bem como sua distribuição, é estratégica em todo mundo, mas especialmente nos países africanos onde, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010) está concentrada a maior parte da população mundial em situação de precariedade alimentar;
- b) Saúde Coletiva: a promoção da saúde coletiva e a formação de pessoal para Programas Comunitários de Saúde são indicadores mundiais de desenvolvimento humano. No Brasil e em países parceiros do projeto da Unilab mostrou-se fundamental promover formação básica nesta área, com atenção à sanidade humana e animal;
- c) Educação Básica: o domínio da leitura, escrita e operações matemáticas é determinante na promoção da cidadania. Sendo assim, na Unilab a formação de professores de educação básica terá prioridade, sendo realizada segundo princípios e em ambiente de respeito às diversidades (étnica, religiosa, de gênero etc.), ao pluriculturalismo e ao multilinguismo, e com vistas à promoção da arte e cultura dos países;
- d) Gestão Pública: o histórico dos países envolvidos no projeto da Unilab indica a importância de desenvolver e fortalecer, em diversas áreas, conhecimentos e estratégias de organização e promoção da gestão pública, disseminando mecanismos de participação democrática, transparência de gestão, profissionalização da administração pública, análise, formulação e implementação de políticas públicas e inclusão social;
- e) Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável: a formação de pessoas para conceber, projetar e desenvolver infraestrutura tecnológica para o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista as características e recursos existentes em cada país/região, é fundamental para todas as nações que buscam autonomia na produção de itens básicos de sobrevivência da sua população;

f) Humanidades e Letras: os países parceiros e o nordeste brasileiro tem vasto campo de trabalho para profissional da área, que busca, a partir do conhecimento e compressão do processo de formação histórico das populações, a preservação da memória e da história do seu povo. Os profissionais da área atuarão em órgãos governamentais e não governamentais voltados para uma ação junto às minorias sociais e a outras populações-alvo de políticas públicas, poderão elaborar projetos sociais, de desenvolvimento e trabalhar com os movimentos sociais organizados.

Desta maneira, a Unilab organiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão comunitária nas áreas destacadas acima, promovendo-as em plena integração com as demandas de formação e produção de conhecimento dos países envolvidos.

Para tanto devem ser criados, durante o processo de implantação da universidade e de acordo com o seu Estatuto, Institutos que atuarão como espaço privilegiado de formação profissional específica nas áreas estratégicas, aprofundando temas identificados como relevantes.

Instituto de Desenvolvimento Rural: Para a área da agricultura já vem se constituindo o Instituto de Desenvolvimento Rural, cujo foco é a produção sustentável – em termos ambientais e sociais de alimentos. Nesta área desenvolve-se atualmente o curso de graduação em Agronomia.

Instituto de Ciências da Saúde: A promoção da Saúde Coletiva e a formação de pessoas qualificadas para atuar em programas de saúde comunitários já são desafios do referido instituto. Nesta área desenvolve-se atualmente o curso de graduação em Enfermagem e o Mestrado Acadêmico em Enfermagem.

Instituto Ciências Exatas e da Natureza: Tendo em vista a necessidade de promover o desenvolvimento educacional das populações, bem como tecnologias inovadoras de ensino-aprendizagem sem perder de vista o pluriculturalismo, o plurilinguismo e a identidade artística e cultural dos povos envolvidos, haverá o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, voltado à formação de docentes de educação básica. Nesta área desenvolve-se atualmente o curso de graduação em Ciências da Natureza e Matemática; Química; Matemática; Física e Ciências Biológicas.

Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável: Tem a função de promover ciência, tecnologia e inovação para, com aproveitamento de recursos existentes, desenvolver a base tecnológica necessária aos países parceiros, com especial atenção à área de energia. Nesta área desenvolve-se atualmente o curso de graduação em Engenharia de Energias.

Instituto Humanidades e Letras: Tem a função de promover a preservação da memória e da história de seu povo. Nesta área desenvolvem-se atualmente os cursos de graduação em Letras – Língua Portuguesa e o Presencial Interdisciplinar em Ciências Humanas, com as seguintes terminalidades: História, Antropologia, Sociologia e Pedagogia.

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas: O Instituto tem como objetivo inicial desenvolver a Gestão Pública. Nesta área desenvolvem-se atualmente o curso de Administração Pública presencial. A expansão da área se dar-se-a com a implementação dos Cursos de Biblioteconomia - CE; Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – CE; Administração Pública, presencial, Bahia; criação do curso de Serviço Social e Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.

A administração de cada Instituto deve ser exercida pelos seguintes órgãos, intermediários e de base:

- a) Conselho do Instituto;
- b) Diretoria do Instituto;
- c) Coordenações de Cursos e/ou Programas de Pós-Graduação;
- d) Coordenadoria de Pesquisa e Extensão;
- e) Coordenadoria de Assuntos Administrativos;
- f) Coordenadoria de Assuntos Estudantis;
- g) Coordenadoria de Trabalho de Conclusão de Curso;
- h) Coordenadoria de Estágio;
- i) Coordenadoria de articulação e cooperação.

Outras coordenações poderão ser criadas de acordo com a necessidade de atendimento do planejamento estratégico da unidade.

1.4 LEGISLAÇÃO

O curso de Administração Pública, bacharelado, vem atender a uma das áreas prioritárias de atuação acadêmica da Unilab (Gestão Pública), por ser um campo de estudo em crescimento no Brasil. Assim, o Projeto Pedagógico de Administração Pública, bacharelado, busca se adequar de forma ampla, às exigências legais das Diretrizes dos Cursos de Administração no Brasil, e especificamente às diretrizes dos cursos de Administração Pública. Para tanto, busca atender as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e dos seguintes pareceres, que explicitam as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública, DCNs.

- a) Parecer CNE/CES nº 266/2010, aprovado em 10 de dezembro de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública;
- b) Parecer CNE/CP nº 7/2013, aprovado em 1º de outubro de 2013 - Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado;
- c) Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências;
- d) Parecer CNE/CES nº 776, 3/12/1997 (Orientação para diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação);
- e) Parecer CNE/CES nº 136, 4/6/2003 (Esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação);
- f) Parecer CNE/CES nº 67, 11/3/2003 (Aprova Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais);
- g) Parecer CNE/CES nº 184, 7/7/2006 (Retifica o Parecer CNE/CES nº 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial).

Portanto os cursos de Administração Pública, bacharelado devem atender as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme Resolução CNE/CES 1/2014, de 13/01/2014, quais sejam: Conteúdos de Formação Básica e Conteúdos de Formação Profissional.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de graduação presencial em Administração Pública adota como referência a missão da UNILAB, formar cidadãos críticos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional.⁴

⁴ Conforme estabelecido no artigo 8º do Estatuto revisto.

Fundamentando-se nos princípios exarados no artigo 10, CAPÍTUO II, do Estatuto da UNILAB, que balizam programas, projetos e ações da instituição, dentre os quais destacamos os seguintes:

produção e disseminação do saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países da CPLP, por meio do conhecimento filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico, bem como a formação de cidadãos compromissados com a superação das desigualdades sociais (inciso I); pluralismo de ideias, de pensamento e promoção da interculturalidade” (inciso IV); ensino público e gratuito, com qualidade acadêmica e pertinência social; respeito à ética e à diversidade, defesa dos direitos humanos, bem como o compromisso com a paz e a preservação do meio ambiente (inciso VIII) internacionalização e mobilidade acadêmica e científica, priorizando a cooperação sul-sul (inciso XI); contribuição para a superação dos preconceitos e desigualdades étnico-raciais, sociais, de gênero e de orientação sexual (inciso XIII).

2.1.1 Objetivos do Curso

2.1.1.1 Objetivo Geral

O curso tem como objetivo principal, formar profissionais comprometidos e sempre prontos para empregar o amplo conhecimento adquirido em Administração Pública na promoção do interesse coletivo e da justiça social, especialmente no exercício da profissão, ao administrar ou assessorar organizações e órgão estatais; entidades públicas não estatais; organizações sociais; organizações internacionais ou no exercício de mandato eletivo.

2.1.1.2 Objetivo Específico

- a) Propiciar embasamento teórico/metodológico/técnico/prático no que concerne aos conhecimentos, habilidades e atitudes, adequadas e necessárias que permitam uma postura crítica e construtiva ante as conjunturas local, regional, nacional e internacional;
- b) prover condições para identificação, análise e proposição de soluções para problemas públicos e aqueles inerentes à administração pública;
- c) desenvolver atividades que incentivem o trabalho em equipes formadas por discentes e docentes de diferentes nacionalidades, possibilitando a compreensão da complexidade e desafios das interações entre organizações e indivíduos levando em consideração as questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, geração e deficiências,

o que favorecerá o pluralismo de ideias, pensamentos e a promoção da interculturalidade;

d) envolver os estudantes de graduação em programas de pesquisa e extensão, nacionais e internacionais, o que contribuirá para a produção e disseminação do saber universal em favor do desenvolvimento, em sua acepção mais ampla, e da superação das desigualdades sociais, locais e regionais na região do Maciço do Baturité e nos países da CPLP.

2.1.2 Perfil Profissional do Egresso

O ambiente socioeconômico e político tanto no Brasil e nos países parceiros, como em toda a comunidade global, está em constante transformação, por isso o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas entende que deve formar administradores públicos habilitados a responder aos desafios de gestão de organizações complexas, nesse contexto globalizado. No que diz respeito à interação entre o global e o local, o egresso do curso de graduação em Administração Pública da UNILAB deverá apresentar capacidade tanto para o estabelecimento de vínculos internacionais como para a preservação e valorização das especificidades nacionais e das identidades regionais e locais, além de apresentarem compromisso com o desenvolvimento sustentável e com o processo de construção e fortalecimento de instituições democráticas.

Por conseguinte, curso de graduação presencial em Administração Pública busca formar profissionais preparados para atuar, especialmente, nas seguintes áreas:

- a) esfera pública em nível nacional, regional ou local, respeitadas as diferentes formas de estado adotadas pelos países representados na UNILAB. No caso do Brasil, os egressos devem estar preparados para atuar na área pública federal, estadual e municipal, contribuindo para o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais no país, esperando-se o mesmo para os egressos dos países parceiros, resguardadas as diferenças na organização política e administrativa
- b) organismos internacionais e supranacionais, propiciando uma compreensão dos mecanismos e instituições internacionais envolvidos nos processos de governança global;
- c) sociedade civil organizada, propiciando contato direto com a realidade dessas organizações (nacionais e internacionais) e conduzindo-as ao alcance de resultados que favorecem ao interesse coletivo.

2.1.2.1 Competências e Habilidades

Embasado nas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional da Educação em janeiro de 2014, espera-se que, no exercício de sua profissão e no papel de cidadão, o administrador público formado pela UNILAB seja capaz de:

- a) reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- b) apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- c) desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- d) estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- e) desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- f) expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- g) ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Portanto, o egresso do curso de Administração Pública deverá ser apto ao exercício de sua profissão, tendo desenvolvido durante o curso as diversas competências e habilidades que o farão um gestor público capaz de exercer sua função com alto desempenho.

2.2 DADOS DO CURSO

2.2.1 Administração Acadêmica

O Curso de Administração Pública, presencial, é parte integrante do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), cuja estrutura administrativa é formada pelo Conselho e Direção do Instituto.

A estrutura administrativa do Curso é composta pelo Colegiado, Coordenador/a, pelo Núcleo Docente Estruturante, pelas representações estudantil e técnico administrativo e pela Secretaria da Coordenação.

2.2.2 Funcionamento

O Curso de Administração Pública, Presencial, funciona em regime seriado semestral, ofertado em turno integral, com aulas que se iniciam às 8h e encerram às 12h, no período matutino, e são retomadas às 14h com término às 18h, no período vespertino, no Campus da Liberdade.

2.2.3 Formas de Ingresso

Para os candidatos residentes no Brasil o processo seletivo é constituído por uma prova única, o ENEM, elaborada e aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a escolha dos candidatos é definida a partir de critérios inseridos no Sistema de Seleção Unificada (SISU) do MEC, de acordo com a Resolução n 22/ Conselho Superior Pro Tempore, de 11 de novembro de 2011.

Para os candidatos residentes no exterior, oriundos dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a seleção é realizada através do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE).

Na eventualidade da sobra de vagas, no ingresso ou no decorrer do curso, até o sexto semestre do mesmo, o Colegiado do Curso, poderá ofertar as vagas para retorno de alunos evadidos, transferidos de outras instituições de ensino superior autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), bem como para reopção de curso da Unilab ou diplomados em curso superior reconhecido pelo MEC. O aluno é obrigado a cumprir todos os componentes curriculares que não vierem a ser aproveitados da outra IES ou do outro Curso. As prioridades seguem as regras da Unilab.

2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.3.1 Integralização Curricular

A seguir são apresentadas as formas de integralização curricular, conforme se segue: as atividades complementares, o trabalho de conclusão de cursos (TCC), estágio curricular obrigatório, componentes curriculares obrigatórios, eletivos e optativos.

2.3.1.1 *Atividades Complementares*

As atividades complementares compreendem 200 horas, correspondentes a 6,2% da carga horária total do curso e são regulamentadas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, de acordo com a Resolução nº 20/2015, de 09 de novembro de 2015.

As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As atividades complementares são enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e tem por finalidade propiciar ao discente a oportunidade de realizar, em prolongamento às disciplinas do Curso de Administração Pública, uma trajetória particular que lhe permita enriquecer os conhecimentos propiciados pela vida acadêmica. Não se caracteriza como atividade complementar: disciplinas do curso, atividades realizadas nas disciplinas do curso, realização de estágio curricular obrigatório como estagiário da organização, nem aquelas desenvolvidas no TCC.

As atividades complementares, por serem consideradas como um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que possibilitam a articulação entre teoria e prática, pela complementação de saberes e desenvolvimento de habilidades durante a formação do docente, são atividades relevantes e contributivas para a implementação da flexibilização curricular, formação integral e cidadã do docente. Assim sendo, elas poderão ser integralizadas até a carga horária máxima prevista na matriz curricular do Curso.

As atividades complementares consideradas para efeito de integralização curricular, em conformidade com a Resolução nº 20/2015 – Consuni/Unilab são as que seguem:

- a) atividades complementares de formação social, humana artístico-culturais e esportivas;
- b) atividades de iniciação científica, tecnológica, de formação profissional e de gestão;
- c) participação em atividades associativas de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- d) atividades de extensão;
- e) atividades de participação e organização de eventos;
- f) experiências ligadas à formação profissional;
- g) produção técnica ou científica;

A integralização no currículo da carga horária referente às Atividades

Complementares estabelecida neste PPC e que inclui as atividades de extensão é de no máximo 6,2% de carga horária total do curso, totalizando o máximo de 200 horas de atividades complementares e de extensão a serem cumpridas pelo discente, como estabelecido no Regimento Acadêmico da UNILAB, respeitados os seguintes critérios:

- a) atividades complementares de Iniciação à docência e/ou de Iniciação à Pesquisa: máximo de ser integralizado de 70 horas;
- b) atividades de extensão, participação em cursos de capacitação (mínimo de 40 horas) artístico-culturais e esportivas: máximo de ser integralizado de 70 horas;
- c) atividades de participação ou organização de eventos científicos: o máximo de ser integralizado de 50 horas;
- d) experiências ligadas à formação profissional, como estágios extracurriculares e atividades de gestão: o máximo de ser integralizado de 70 horas;
- e) produção técnica e/ou científica com publicação de resumos, resumos expandidos e trabalhos completos em anais de eventos científicos locais, regionais, nacionais ou internacionais: máximo de ser integralizado de 4 horas por resumo (máximo de 50% da carga horária total para atividades complementares);
- f) a publicação de artigos científicos em periódicos indexados na CAPES: máximo de ser integralizado de 50 horas por publicação.

A comprovação das atividades complementares será realizada com a entrega pelos discentes dos documentos concernente às atividades desenvolvidas que deverão especificar o tipo da atividade, a carga horária, a Instituição promovedora e/ou ou foi realizada a atividades, assim como o tipo de participação do estudante (ouvinte, participante, organizador, estagiário, membro etc.). Na atividade de produção científica e na qualidade de

autor ou colaborador, a comprovação será pela aceita com a entrega da cópia do resumo nos Anais do evento ou acontecerá por meio da cópia da folha de rosto do artigo que deverá conter o nome do aluno como autor do trabalho e da folha de rosto do periódico em que o artigo foi publicado.

Caberá à Coordenação de Curso a implementação, acompanhamento e avaliação das atividades complementares que incluem as atividades de extensão, estipulando a carga horária referente às atividades que deverão integralizadas nos currículos o total de 200 horas. É de responsabilidade da Coordenação do Curso indicar no calendário letivo:

- a) o período para solicitação de integralização das atividades complementares;
- b) efetuar o registro, mediante a devida comprovação, assim comocompanhar e avaliar o desempenho dos alunos nas atividades complementares, emitindo conceito de satisfatório ou insatisfatório e estipulando a carga horária a ser aproveitada/integralizada;
- c) efetuar as providências cabíveis junto à Pró-Reitoria de Graduação, quando houver necessidade;
- d) a oferta dessas atividades buscará abranger as áreas de ensino, pesquisa e extensão, com foco na legislação para inclusão de carga horária de extensão;
- e) a coordenação poderá designar professores orientadores para auxiliar na gestão dessas atividades.

A comprovação e avaliação das atividades complementares se dará em conformidade com a Resolução supracitada e a aprovação da sua integralização competirá à instância colegiada do curso, conforme prevê o § 1º do Art. 4º da referida Resolução.

2.3.1.2 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é regulamentado pela UNILAB, de acordo com a Resolução No. 14/2016/CONSUNI, de 22 de julho de 2016.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um trabalho individual e deverá ser o resultado de uma aplicação prática de estudos ou trabalhos de campo realizados pelos alunos, com a supervisão de um professor orientador.

O TCC é oriundo da elaboração de uma monografia, artigo científico, livro ou capítulo de livro e outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas desenvolvidos pelo estudante, subsidiado por referencial teórico e por escolhas metodológicas de cunho quantitativo e/ou qualitativo, com foco nos conteúdos estudados no curso. No TCC, o aluno

deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia e outras modalidades possíveis.

Quanto ao procedimento de avaliação do TCC, os alunos deverão apresentar seus trabalhos de conclusão para aprovação perante uma banca de professores, composta do professor orientador e mais dois membros. O TCC deverá ser defendido no último semestre cursado.

Os TCC's aprovados poderão integrar o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo da universidade e da comunidade. Neste sentido, o trabalho deverá observar as diretrizes dispostas no Manual para Elaboração de Trabalhos Alunos da Unilab, elaborado segundo as normas da ABNT.

A orientação do TCC deve ser efetuada por professores do quadro permanente da Unilab, em efetivo exercício da atividade docente, podendo o aluno ter professor co-orientador no Brasil, em seu país de origem ou de outro país. A Coordenação do curso tem como responsabilidade gerir os processos associados ao TCC e emitir normas pertinentes, em consonância com as deliberações institucionais da Unilab.

Cada professor orientará até oito trabalhos de TCC.

2.3.1.3. *Estágios*

O Estágio Curricular Supervisionado compreende 200 horas e é regulamentado pela UNILAB, de acordo com a Resolução No. 15/2016/CONSUNI, de 22 de julho de 2016.

A Diretrizes curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Administração Pública orientadas pelo Parecer CNE/CES nº 266/2010 ressaltam a importância do Estágio Supervisionado para a formação e sua indicação como componente necessário do Projeto Pedagógico do Curso: “o projeto pedagógico do curso deverá conter o Estágio Supervisionado sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada IES” (p.13). O estágio curricular é então considerado ferramenta importante de consolidação e integração do conhecimento teórico com a prática profissional.

Essa indicação se justifica se levarmos em conta que o curso objetiva formar profissionais e pesquisadores orientados para o bem público e “comprometidos com o *ethos* democrático” (Parecer CNE/CES nº 266/2010). Dessa forma, o estágio aproxima o aluno da

realidade, permitindo-lhe ainda durante a sua formação, aliar teoria e prática em situações reais, semelhantes às quais irá trabalhar quando obtiver seu diploma.

O Estágio Curricular Supervisionado é componente curricular obrigatório no curso de Administração Pública, presencial, da Unilab e deverá ser realizado em organizações públicas ou instituições não-governamentais orientadas para o *ethos* público, na forma convencional, ou ainda em forma de projetos de pesquisa e investigação orientados para a área pública, regulamentados pelas normas gerais da Unilab.

Este deve permitir ao aluno realizar uma imersão no ambiente da instituição, através da análise do ambiente da mesma, descrevendo sua estrutura organizacional, relação com a estrutura governamental, as macro-questões que influenciam a execução de políticas públicas, as variáveis sociais, políticas e econômicas que configuram o ambiente interno e externo da organização, seu ambiente de atuação, relacionando esses elementos à missão da instituição de estágio. Nela o aluno deve escolher um setor da instituição que contemple seu interesse e que lhe permite agregar conhecimentos específicos para sua formação.

Cada estagiário será acompanhado por um professor-supervisor da própria Unilab. Todos os aspectos referentes a estágio supervisionado se pautarão pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio) e não poderão ter carga horária superior a trinta horas semanais e seis horas diárias, sendo essas atividades compatíveis com os horários de aulas do aluno.

No caso do estágio ser realizado em período onde não estão programadas aulas, a jornada de estágio poderá ser de até 40 horas. Ressalvada a disponibilidade de professor-orientador para o período.

Para cada período de estágio, o aluno deve elaborar um relatório de estágio, contendo o detalhamento das atividades desenvolvidas relacionadas aos objetivos do mesmo. Esse relatório será avaliado pelo professor orientador, como requisito obrigatório para a validação do estágio.

2.3.1.2 Planos de Integralização da Carga Horária

Quadro 2: Integralização da carga horária

Disciplinas Obrigatórias	2.580 horas
Disciplinas Optativas	120 horas
Disciplinas Eletivas	120 horas
Atividades Complementares	200 horas
Estágios	200 horas
Total	3.220 horas

Fonte: pesquisa própria

2.3.2 Metodologias de Ensino

A metodologia de ensino proposta para o curso de Administração Pública, presencial, converge para seus objetivos, garantindo que o conteúdo tratado nas unidades de aprendizagem seja feito de forma interativa e interligada, por meio das formações gerais, básicas, profissionais e inserção no campo de trabalho, proporcionando ao aluno a compreensão da complexidade da realidade estudada. Os processos interativos e a utilização de recursos tecnológicos modernos permitirão imprimir, ao processo pedagógico, dinamicidade que ultrapassa a mera transmissão do conteúdo.

Por meio do diálogo crítico com autores clássicos e contemporâneos e do debate em sala de aula, as teorias vão se consolidando para permitir que estudos de casos, seminários e verificações *in loco* das realidades diversas contribuam para o desenvolvimento de habilidades e a construção de competências para o êxito e segurança da prática profissional.

No que se refere à formação geral do aluno, a escolha das atividades para cada período letivo poderá ser feita com a orientação do monitor e as disciplinas serão sempre ministradas por um professor e para uma turma que congregue alunos de todos os cursos da IES. Sempre que necessário, o curso de língua portuguesa e estrangeira serão frequentados em vários semestres durante todo o curso de graduação, em diferentes níveis de aprofundamento.

No tocante à formação básica, que envolve as bases conceituais e o desenvolvimento de proposta interdisciplinar, os conteúdos específicos da área de Administração Pública serão ministrados no âmbito da matriz curricular do curso. No entanto, serão ofertadas disciplinas nos outros cursos da IES que poderão ser frequentadas pelos alunos da Administração Pública, presencial expressas pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade que fazem parte da proposta teórico/metodológica e prática da Unilab.

As estratégias didático-pedagógicas do curso de Administração Pública, presencial da Unilab possibilitam que futuros profissionais compreendam de forma crítica os contextos sociais, políticos, ambientais e culturais para melhorar a gestão e atender às exigências da sociedade cumprindo o papel social da universidade pública. Assim sendo, os conteúdos estarão relacionados com as áreas específicas da profissão para dar sustentação à prática profissional, como o desenvolvimento de projetos de intervenção na realidade, propostas participativas e novas estratégias para o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional. Além destas, deverão ser contempladas também as discussões e ações sobre novos conceitos de serviços e a postura profissional dos administradores da área pública.

Quanto às atividades de inserção na vida profissional, deverão contemplar um aprendizado contínuo que extrapola os conhecimentos adquiridos nos conteúdos disciplinares do curso de Administração Pública com atividades desenvolvidas ao longo do curso, envolvendo a compreensão das diversas realidades, em âmbito local, regional, nacional e internacional, estimulando a comunicação do conhecimento através de produção acadêmica. Para isso, é necessária a inclusão da modalidade de pesquisa e extensão de convênios entre a Unilab e instituições públicas da região, participação em eventos como minicursos, oficinas, entre outros.

2.3.3 Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso contém disciplinas com conteúdos que explicitam as inter-relações das dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais, nacional ou internacional, bem como das esferas federal, estadual e municipal. Busca-se, assim, a reflexão e possíveis aplicações no âmbito das organizações utilizando-se de criatividade, considerando os conteúdos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração.

É relevante entender que a administração sofre influência direta das transformações que ocorrem na sociedade contemporânea, fenômenos como a globalização, incremento tecnológico, desigualdades socioeconômicas, de gênero e racial, degradação ambiental entre tantos outros, influenciam de diversas maneiras a prática da gestão. Desta forma, os novos conteúdos já fazem parte das diversas unidades curriculares. Soma-se a isso a importância atribuída à articulação dos conteúdos, que se relacionam, caracterizando a abordagem pedagógica como interdisciplinar.

As unidades curriculares da matriz do curso Administração Pública, presencial, estão divididas em dois grandes grupos: a) conteúdos de formação básica; b) conteúdos de formação profissional, conforme Resolução CNE/CES 1/2014. A estes componentes curriculares se somam as Atividades Complementares, o Estágio Curricular Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Assim, o curso adota etapas sistêmicas de aprendizagem nas quais os conteúdos de formação básica são introduzidos inicialmente, de forma qualitativa, crítica e reflexiva, dando sustentação para a formação de conhecimentos profissionais aplicados, sem desconsiderar a importância dos estudos quantitativos, com as atividades complementares e de extensão.

Por fim, destaca-se que a ênfase do Curso é sua interdisciplinaridade. Os seguintes componentes curriculares têm explicitamente um caráter interdisciplinar:

- a) integração universitária, com disciplinas comuns a todos os cursos da Unilab: Leitura e Produção de Texto I e II, Sociedade, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos, Inserção à Vida Universitária, Iniciação ao Pensamento Científico;
- b) Trabalho de Conclusão de Curso - (TCC) - disciplina em que os alunos devem desenvolver projetos de aplicação nos diversos campos da administração, colocando em casos práticos ou orientados para a prática os conhecimentos adquiridos em diferentes disciplinas;
- c) oficinas, Palestras e Fóruns;
- d) atividades de extensão;
- e) atividades de pesquisa;
- f) disciplinas eletivas gerais ou externas, que podem ser cursadas em outros cursos da Unilab ou em outras instituições.

A interdisciplinaridade não se limita às disciplinas e atividades indicadas. O reforço à integração interdisciplinar se dá também por meio de reuniões dos Conselhos Superiores e Colegiados de Curso, assim como pelo Núcleo Docente Estruturante e reuniões de professores. Nesses encontros, serão discutidos os aspectos didático-pedagógicos que incluem, dentre outros, a integração entre as disciplinas e a sinergia derivada desta integração.

Destaca-se ainda a articulação teoria e prática, possível por meio de atividades de campo e visitas técnicas. Essas atividades reforçam a possibilidade de contato estreito com a sociedade civil, órgãos governamentais da região do Maciço do Baturité e dos países membros da CPLP.

A temática da História e cultura Afro-Brasileira e Indígena, de acordo com a Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e a Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004 é abordado no curso através da disciplina Sociedade, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos.

Em conformidade com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, a integração da Educação Ambiental é contemplada no curso de Administração Pública, abordando as temáticas Políticas de Educação Ambiental através da disciplina Gestão Socioambiental.

Atendendo ao Decreto nº 5626/2005, o curso de Administração Pública, também oferece a disciplina optativa de Libras, Linguagem Brasileira de Sinais.

No quadro a seguir, temos a indicação da aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais da formação de profissionais de administração:

Quadro 3 – Aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais

FORMAÇÃO BÁSICA	
Relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia.	Sociologia das Organizações; Teorias da Administração; Administração Estratégica; Matemática Financeira; Ciência Política; Relações Internacionais; Economia; Instituições de Direito Público e Privado; Direito Administrativo I; Direito Administrativo II; Direito Tributário; Comportamento Organizacional; Contabilidade Geral.
Estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação.	Iniciação ao Pensamento Científico; Filosofia e Ética; Antropologia; Tecnologias e Sistemas de Informação no Setor Público.
Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação.	Leitura e Produção de Textos I; Leitura e Produção de Textos II.
Conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.	Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos.
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.	Teorias da Administração Pública; Políticas Públicas e Sociedade; Empreendedorismo no Setor Público; Gestão de Pessoas no Setor Público; Inovação e Criatividade no Setor Público; Administração Financeira no Setor Público; Marketing no Setor Público; Gestão de Operações e Qualidade no Serviço Público; Economia do Setor Público; Ética na Administração Pública; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Orçamento Público; Auditoria e Controladoria no Setor Público; Planejamento e Programação na Administração Pública; Processo Decisório no Setor Público; Elaboração de Projetos Públicos; Gestão do Conhecimento no Setor Público; Gestão Social; Políticas Públicas: Género, Raça e Geração; Gestão Ambiental e Sustentabilidade; Inserção à Vida Universitária; Metodologia do Trabalho Científico; Matemática Aplicada; Estatística Aplicada I; Estatística Aplicada II; Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa; Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa; Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II.

Fonte: elaboração própria

No quadro abaixo se tem outra forma de visualizar a distribuição das disciplinas, com seus respectivos códigos de aderência.

Quadro 4 - Distribuição das Disciplinas por Semestre com o Código de Aderência

NOME	Carga horária	Formação*	Teoria (Carga horária)	Prática (Carga horária)	Pré-requisito
1º SEMESTRE					
Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60	CFB	-	-	
Iniciação ao Pensamento Científico	45	CFB	-	-	
Leitura e Produção de Textos I	60	CFB	-	-	
Inserção à Vida Universitária	15	CFB	-	-	

NOME	Carga horária	Formação*	Teoria (Carga horária)	Prática (Carga horária)	Pré-requisito
Teorias da Administração	60	CFB	-	-	
Sociologia das Organizações	45	CFB	-	-	
Filosofia e Ética	60	CFB	-	-	
Subtotal	345				
2º SEMESTRE					
Leitura e produção de Textos II	60	CFB	-	-	Leitura e Produção de texto I
Metodologia do Trabalho Científico	45	CFP	18	27	
Matemática Aplicada	60	CFP	40	20	
Ciência Política	60	CFB	-	-	
Teoria da Administração Pública	60	CFP	-	-	Teorias da Administração
Antropologia	45	CFB	-	-	
Gestão Social	45	CFP	32	13	
Subtotal	375				
3º SEMESTRE					
Estatística Aplicada I	60	CFP	40	20	Matemática Aplicada
Instituições de Direito Público e Privado	60	CFB	-	-	
Economia	60	CFB	-	-	
Ética na Administração Pública	45	CFP	-	-	
Tecnologias e Sistemas de Informação no Setor Público	60	CFB	-	-	
Planejamento e Programação na Administração Pública	45	CFP	-	-	
Subtotal	330				
4º SEMESTRE					
Estatística Aplicada II	60	CFP	40	20	Estatística Aplicada I
Contabilidade Geral	60	CFB	36	24	
Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa	45	CFP	32	13	
Processo Decisório no Setor Público	45	CFP	-	-	
Políticas Públicas e Sociedade	45	CFP	32	13	
Economia no Setor Público	60	CFP	-	-	
OPTATIVA					
Subtotal	315				
5º SEMESTRE					
Comportamento Organizacional	60	CFB	40	20	
Políticas Públicas: Gênero, Raça e Geração	45	CFP	40	5	
Direito Administrativo I	60	CFB	-	-	
Matemática Financeira	60	CFB	-	-	
Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa	60	CFP	40	20	Estatística Aplicada II
Orçamento Público	45	CFP	32	13	
ELETIVA					
Subtotal	330				
6º SEMESTRE					
Contabilidade do Setor Público	60	CFP	36	24	Orçamento Público
Administração Estratégica	60	CFB	-	-	
Direito Tributário	45	CFB			
Administração Financeira no Setor Público.	60	CFP	-	-	
Empreendedorismo no Setor Público	45	CFP	-	-	
Direito Administrativo II	60	CFB	-	-	Direito Administrativo I
ELETIVA					
OPTATIVA					
Subtotal	330				
7º SEMESTRE					
Elaboração de Projetos Públicos	60	CFP	-	-	Administração Estratégica
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	45	CFP	32	13	
Gestão de Operações e Qualidade no Serviço Público.	60	CFP	-	-	

NOME	Carga horária	Formação*	Teoria (Carga horária)	Prática (Carga horária)	Pré-requisito
Inovação e criatividade no setor público	45	CFP	30	15	
Auditoria e Controladoria no Setor Público	45	CFP	27	18	Orçamento Público
TCC I	45	CFP	13	32	Iniciação ao Pensamento Científico; Métodos e técnicas de Pesquisa Qualitativa e Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa
OPTATIVA					
Subtotal	300				
8º SEMESTRE					
Marketing no Setor Público	45	CFP	-	-	
Relações Internacionais	60	CFB	40	20	
TCC II	45	CFP	13	32	TCC I
Gestão de Pessoas na Administração Pública	60	CFP	32	13	
Gestão do conhecimento no setor público	45	CFP	36	9	
Subtotal	255				
INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA					
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.580				
DISCIPLINAS OPTATIVAS	120	CFP			
DISCIPLINAS ELETIVAS	120	CFP			
Atividades Complementares (poderão ser realizadas ao longo do curso)	200	ATC			
Estágio Curricular Supervisionado	200	CFP			
TOTAL DE HORAS	3.220				

Fonte: pesquisa própria

Disciplinas Optativas - PRESENCIAL	Horas	Teoria (Carga horária)	Prática (Carga horária)
Tecnologia e Inovação	45	-	-
Negociação e Arbitragem	60	-	-
Economia Brasileira	60	-	-
Elaboração e Gestão de projetos em Organizações Sociais	60	-	-
Estratégia de Desenvolvimento Territorial	60	-	-
Política e Administração da Educação	60	-	-
Direito Internacional	60	-	-
Libras - Linguagem Brasileira de Sinais* (IHL)	60	-	-
Relações de Gênero e Étnico Raciais nas Organizações	60	-	-
Gestão e Liderança de Reuniões	60	40	20
Tecnologias Aplicadas à Pesquisa	60	40	20
Políticas Públicas e Desenvolvimento	60	42	18
Fichamento e Revisão de Literatura	45	-	-
Políticas de Segurança Pública	60	-	-
Assédio Moral no Trabalho	60	-	-
Direitos Humanos Interculturais	60	-	-
Política e Desenvolvimento Econômico do Nordeste	60	-	-

Brasileiro			
Teoria do Desenvolvimento Econômico	60	-	-
Análise de dados dicotomizados	45	30	15
História Econômica do Ceará	60	-	-
Museologia, Cultura, Memória e Educação Patrimonial	60	-	-
Direito Internacional	60	-	-
Regimes Jurídicos de Prestação de Serviços Públicos	60	-	-

Fonte: pesquisa própria

* **Códigos:** CFB - Conteúdos de formação básica; CFP - Conteúdos de formação profissional;

- As atividades complementares poderão ser realizadas ao longo do curso, devendo ser integralizadas em um total de 200 horas.
- As disciplinas optativas serão ofertadas durante o curso, devendo ser integralizadas em um total de 120 horas.
- As disciplinas eletivas serão integralizadas em um total de 120 horas.
- Estágio curricular supervisionado: 200 horas.
- O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado no final do curso e pelo aluno estrangeiro poderá ser em seu país de origem. A mesma regra valerá para os alunos brasileiros que decidirem retornar para as suas cidades de origem.
- O símbolo (-) significa que será defendido pelo professor que lecionará a disciplina.

2.3.4 Conteúdos Curriculares

O quadro, a seguir, apresenta a distribuição das disciplinas por semestre com suas devidas cargas horárias, nos 8 semestres do curso, totalizando 3.115 horas sendo: 2.475 horas de disciplinas regulares obrigatórias, 120 de disciplinas optativas, 120 de disciplinas eletivas, 200 horas de atividades complementares e 200 horas de estágio.

Quadro 5- Distribuição das disciplinas por semestres com cargas horárias de disciplinas obrigatórias

Fonte: pesquisa própria

A. Disciplinas Optativas: O aluno deverá computar um total de 120 horas de disciplinas optativas, ofertadas pelo curso. Podem integralizar parte delas nos semestres relativos às atividades complementares ou durante os semestres letivos do curso.

B. Disciplinas eletivas: O aluno deverá computar um total de 120 horas de disciplinas eletivas, ofertadas ou não por cursos da Unilab, presenciais e a distância, podendo integralizar parte delas nos semestres relativos às atividades complementares ou durante os semestres letivos do curso.

2.3.5 Ementas

As ementas das disciplinas do curso de Administração Pública, presencial, estão discriminadas a seguir, ordenadamente com as disciplinas de conteúdo geral do curso e as disciplinas optativas.

CONTEÚDO GERAL DO CURSO

Quadro 6 - Conteúdo primeiro ano

Disciplina: Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	Semestre: 1º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.			
Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura Afro Brasileira.			
Bibliografia básica:			
ALBERTI, Verena. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundacao Getulio Vargas, Cpdoc, 2007.			
CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexism e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, , 2011. (Coleção Consciência Negra em Debate).			
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.			

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap.25.

MARCONDES, Mariana (Org.). **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. 160 p.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei:** tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009.

Bibliografia complementar

CABRAL, Amílcar. **O papel da cultura na luta pela independência:** a arma da teoria. unidade e luta I. 2. ed. Lisboa: Seara Nova, 1978.

DAMATTA, Roberto. Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira. In: _____. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.58-85.

KI-ZERBO, Joseph. et al. Construção da nação e evolução dos valores políticos Ali A. Mazrui e Christophe Wondji.. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 16.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SUÁREZ, Mireya. **Desconstrução das categorias mulher e negro.** Brasília, 1992. (Série Antropologia, n. 133). Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf>

Disciplina: Iniciação ao pensamento científico

Semestre: 1º

C. horária: 45h

Formação: CFB

Pré-requisito: Não tem.

Ementa: Problematizações Epistemológicas

A especificidade do conhecimento científico. Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência. Origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. A barreira científica e a representação do outro. O silenciamento da história e do protagonismo do Outro: bárbaros, asiáticos, africanos, americanos. Subaltern Studies. Novas *episteme* da ciência: visibilidade, problematização e conceitualização em pesquisas interdisciplinares. Do lusotropicalismo à lusofonia.

Bibliografia Básica:

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo, Perspectiva, 2006.

SAID, Edward. A geografia imaginativa e suas representações: orientalizando o oriental. In: _____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.85-113.

Disciplina: Iniciação ao pensamento científico
LAKATOS, Imre. História da Ciência e suas Reconstruções Racionais. Lisboa, Edições 70, 1998.
Bibliografia complementar:
ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2008.
BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
PANIKKAR, K. M. A dominação ocidental na Ásia: do século XV a nossos dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
SANTOS, Boaventura. Entre Próspero e Caliban. In: _____. A gramática do tempo para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010. pp.227-249

Disciplina: Leitura e Produção de Textos I
Semestre: 1º
C. horária: 60h
Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.
Ementa: Reflexões sobre a noções de língua, variação linguística e preconceito linguístico. A universidade como esfera da atividade humana. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): esquema, fichamento, resenha, resumo (síntese por extenso), memorial e seminário. Normas da ABNT.
Bibliografia básica
ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2005.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
FONTANA, N. M.; PAVIANI, N. M. S.; PRESSANTO, I. M. P. Práticas de linguagem: gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, R.S: Educs, 2009.
Bibliografia complementar
DISCINI, N. Comunicação nos textos: leitura, produção e exercícios. São Paulo: Contexto, 2005.
MACHADO, A. R. (Org.). Resumo. São Paulo: Parábola, 2004.
_____. Resenha. São Paulo: Parábola, 2004.
_____. Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo:

Disciplina: Leitura e Produção de Textos I

Parábola, 2007.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.
--

Disciplina: Inserção à Vida Universitária
--

Semestre: 1º

C. horária: 15h

Formação: CFB

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

A Unilab: lei No 12.289/2010, diretrizes gerais, organograma e funcionamento. Regulamentação do Conselho Universitário referente ao ensino de graduação e suas interfaces com pesquisa, extensão e assistência estudantil. Regramento normativo referente aos direitos e deveres do discente da graduação. Elementos fundamentais do projeto pedagógico do curso (perfil do egresso, disciplinas, integralização curricular e fluxograma).
--

Bibliografia Básica:

UNILAB. Resolução N°017/2013. Dispõe sobre a regulamentação das normas para realização de atividades de campo (visitas técnicas, viagem de campo, Aulas de Práticas Agrícolas, aulas em laboratórios de outras Instituições, entre outras) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

UNILAB. Resolução N°030/2013. Normatiza os procedimentos relativos à matrícula de estudantes dos cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

UNILAB. Resolução No 013/2013. Dispõe sobre a Criação do Programa de Apoio a participação de discentes em eventos.

UNILAB. Resolução N°27/2014. Normas gerais para regulamentar a avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação presencial da UNILAB.

UNILAB. Resolução N° 36/2014. Estabelece critérios para a concessão de bolsas no âmbito do Programa de Iniciação Científica da UNILAB.

UNILAB. Resolução N° 20/2015. Altera parcialmente a resolução N° 24/2011, de 11 de novembro de 2011, que dispõe sobre normas gerais para as Atividades Complementares dos cursos de Graduação da UNILAB.

UNILAB. Resolução N° 001-B/2015. Altera a Resolução nº 008/2014, de 23 de abril de 2014, que regulamentou o Programa de Assistência ao Estudante (PAES) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

UNILAB. Guia do Estudante de Graduação da UNILAB. Disponível em <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/06/GUIA-DO-ESTUDANTE-UNILAB.pdf>

UNILAB. Diretrizes Gerais, junho de 2010.

Disciplina: Inserção à Vida Universitária
UNILAB. ICSA. Curso de Administração Pública, bacharelado presencial. Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, bacharelado presencial. Redenção, 2017.
Bibliografia Complementar:
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.
BRASIL. Lei de Criação da UNILAB, nº 12.289, de 20 de julho de 2010.
UNILAB. Estatuto da UNILAB. 2016.
UNILAB. Regimento Geral da UNILAB. 2016.
UNILAB. Resolução nº 11/2016. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNILAB.

Disciplina: Teorias da Administração
Semestre: 1º
C. horária: 60h
Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.
Ementa: Introdução à Administração: conceito de administração; o mercado de trabalho; o Administrador, sua formação e seu papel na sociedade atual. Evolução da Administração; As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais: atividades de planejamento, organização, coordenação e controle de processos e grupos de trabalho. As escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos. A Escola Clássica e a Administração Científica e suas decorrências; da Escola das Relações Humanas ao comportamento organizacional, Estruturalismo e Burocracia. A Teoria dos Sistemas; a Teoria da Contingência Estrutural. Perspectivas teóricas contemporâneas. Teorias Administrativas e Contexto Brasileiro.
Bibliografia Básica:
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da Administração. São Paulo: Campus. 2008.
MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thonsom, 2005.
SILVA, Reinaldo O. Teorias da Administração. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2008.
Bibliografia Complementar
CARVALHO, Antônio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do; SERAFIM, Oziléa Clen Gomes. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage, 2012. xi, 335p.
CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública: teoria e questões com gabarito. 2.3ed. rev. e atul. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009. 514 p.

Disciplina: Teorias da Administração

COSTIN, Claudia. **Administração Pública.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FRANCISCO FILHO, Geraldo; SILVA Fábio Gomes da. **Teoria da Administração geral.** Campinas: Alínea, 2008.

CORRÊA, Henrique L.; CORRÊA, Carlos A. **Administração de Produção e Operações:** manufaturas e serviços: uma abordagem estratégica. 2. ed., 7. reimpr. São Paulo: Atlas., 2011. 690 p.

WREN, Daniel A. **Ideias de administração:** o pensamento clássico. São Paulo: Ática, 2007.

Webgrafia – www.hsm.com.br; www.cfa.org.br; www.chiavenato.com.br

Jornais, Revistas e Periódicos: HSM Management, Jornal Gazeta Mercantil, Revista Exame.

Disciplina: Sociologia das Organizações

Semestre: 1º

C. horária: 45h

Formação: CFB

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

O campo da sociologia das organizações. A sociedade e as organizações. O conceito de organização. Principais tipos de organizações. O poder nas organizações. A cultura organizacional. A tradição Anglo-Saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. A tradição e a autonomia dos estudos Organizacionais críticos no Brasil. Abordagens feministas para o estudo de Administração. Colonização e neocolonização da gestão de recursos humanos no Brasil. As contribuições de Guerreiro Ramos e Mauricio Tratemberg. Poder e ideologia na administração. Perspectivas Pós-Coloniais nos Estudos Organizacionais. Racionalidade instrumental e racionalidade substantiva. Responsabilidade social como ideologia.

Bibliografia básica:

CLEGG, S., HARDY, C., NORD, W. R., CALDAS, M., FACHIN, R. e FISCHER, T. (Ed.). **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1999.

PAULA, Ana Paula Paes; Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão; Raquel de Oliveira Barreto; Cleiton Fabiano Klechen. A tradição e a autonomia dos estudos Organizacionais críticos no Brasil. **RAE**, São Paulo, v. 50, n.1, jan./mar. 2010.

GUERREIRO RAMOS, A. **A Redução Sociológica.** Rio de Janeiro: UFRJ. 1996 [1958])

Bibliografia complementar:

ALCADIPANI, R. e BRESLER, R. McDonalidização do ensino no Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, n. 122, maio 1999.

RODRIGUES, Suzana Braga; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A Tradição Anglo-Saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **RAC**, p. 81-102, 2001. Edição Especial.

Disciplina: Sociologia das Organizações
--

AKTOUF, Omar. Administração e teorias das organizações contemporâneas: Rumo a um humanismo radical crítico? **O&S**, v.8, n.21, Maio/Ago. 2001.

DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **RAE**, v. 43, n. 4.

ALVESSON, M. e DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R.; CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Ed.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo : Atlas, 1999.

GROSFOGUEL, R. (2006). La descolonización de los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa**, n. 4, p.17-48.

Disciplina: Filosofia e Ética

Semestre: 1º	C. horária: 60 h	Formação: CFB
--------------	------------------	---------------

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Filosofia: conceito e contextos. Grandes temas filosóficos. O despertar de uma consciência crítica e autocritica. As questões que movem o mundo. A filosofia africana. Tipos de conhecimento: do senso comum ao científico. Relevância da filosofia para a formação do ser individual e da sociedade. O Reconhecimento identitário de si. Filosofia da filosofia: reflexão sobre a prática e práxis. Dimensionamento dos problemas gnoseológico, ontológico e teológico. Conceitos básicos do conhecimento filosófico: ser, não ser e devir, as categorias, os princípios fundamentais, transcendência, imanência e metafísica. As correntes filosóficas modernas e contemporâneas. Os paradigmas e as tendências do conhecimento. Ética: conceito e definições. Moral, padrões e sociedade. Procedimentos e práxis ético-filosófica. Ética E Agir Humano. Ética ciência. Ética, moral e valores contemporâneos.

Bibliografia Básica:

ARANHA, M. L. de A. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.

JAPIASSU, H. **Ciências**: questões impertinentes. Editado por Márcio Fabri. – Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2011. (Coleção Filosofia e História da Ciência).

RUEDELL, A. et al (Org.). **Filosofia e ética**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. 184 p. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

Bibliografia Complementar:

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CASTIANO, J. P. **Referenciais da filosofia africana**: em busca da intersubjetivação. Cidade do Cabo; Ed. Kadimah, 2010.

Disciplina: Filosofia e Ética

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DESCARTES, R. **Princípios de Filosofia.** São Paulo: Hemus, 2006.

MATTAR, J. **Introdução à Filosofia.** São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010.

Disciplina: Leitura e Produção de Textos II
--

Semestre: 2º	C. horária: 60h
--------------	-----------------

Formação: CFB

Pré-requisito: Leitura e Produção de Textos I
--

Ementa:

Reflexões sobre as noções de texto e discurso e a produção de sentido na esfera científica. A pesquisa científica: ética e metodologia. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): projeto de pesquisa, resumo (*abstract*), monografia, artigo, livro ou capítulo de livro, outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas (ensaio, relatório, relato de experiência, produção audiovisual etc.).

Bibliografia básica

FRANÇA, J. L. et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 7ª ed. B.H: Ed. UFMG, 2004.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2006.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

Bibliografia complementar

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MANDRIK, D.; FARACO, C. A. **Língua portuguesa:** prática de redação para estudantes universitários. 10ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** SP: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico

Semestre: 2º

C. horária: 45 h

Formação: CFP

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico

Fundamentos teórico-metodológicos para a realização de trabalhos acadêmico-científicos. Estudo dos conceitos fundamentais da ciência, do seu valor, objetivos e da documentação científica. Análise e discussão da relação da produção científica com o contexto histórico social. Elaboração de trabalhos científicos com base nas normas de documentação da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas: esquema, resumo, resumo expandido, resenha, revisão de literatura, projeto de pesquisa, relatórios de pesquisa e técnicos, ensaio, artigo, monografia, dissertação, tese, portfólio e memorial.

Bibliografia Básica:

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica:** a prática de fichamentos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

CHALMERS, A. **A fabricação da ciência.** São Paulo: Unesp, 1994.

JAPIASSU, H. **Ciências:** questões impertinentes. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2011. (Coleção Filosofia e História da Ciência).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Sistema de Bibliotecas. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos.** -- Fortaleza, CE, 2014.

Disciplina: Matemática Aplicada
--

Semestre: 2º semestre	C. horária: 60h
------------------------------	------------------------

Formação: CFP

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas e Integrais (definidas e indefinidas). Aplicação do conteúdo estudado em problemas

Bibliografia Básica:

CHIANG, Alpha C.; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para economistas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Disciplina: Matemática Aplicada

FREITAS, Maria Teresa Menezes. **Matemática para administradores.** 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

LEITHOLD, Louis. **Matemática aplicada à Economia e Administração.** São Paulo: Harbra, 1984.

WEBER, Jean E. **Matemática para Economia e Administração.** São Paulo: Harbra, 1977.

MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. de O. **Cálculo:** funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2003. 408 p.

Bibliografia Complementar:

BOULOS, Paulo. **Cálculo diferencial e integral..** São Paulo: Makron Books, 1999. v.

HARIKI, Seiji; ABDOUNUR, Oscar J. **Matemática aplicada.** São Paulo: Saraiva 1999.

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. **Cálculo com aplicações.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

LEITHOLD, Louis. **O cálculo com geometria analítica.** 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994.

MARQUES, Jair Mendes. **Matemática aplicada.** Curitiba: Juruá, 2002.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. **Matemática básica para decisões administrativas.** São Paulo: Atlas, 2007.

Disciplina: Ciência Política		
Semestre: 2º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Conceitos básicos de ciência política e importância de seu conhecimento para a Administração relacionando-os com a realidade política brasileira atual. O que é ciência política e sua posição no campo das ciências humanas; poder e dominação; conceitos, análise e evolução do Estado moderno; Os atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais; regimes políticos e formas de governo; política e economia, risco político, e a construção de cenários de política e economia.		
Bibliografia Básica:		
MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel : 1843. [2. ed.rev.]. São Paulo: Boitempo, 2010. 175 p.		
TEIXEIRA, Francisco José Soares. Economia e filosofia no pensamento político moderno . Campinas, SP: Pontes, 1995. 212 p.		
WEBER, Max. Ciência e política : duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2005. 124p		
Bibliografia Complementar:		
ARENDT, Hannah. A condição humana . 11. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. F, 2010. 407p.		
BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo; VERSIANI, Daniela Beccaccia. Teoria geral da política : a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 717p.		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . 10. ed. rev. ampl. Disponível em: ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Ci_nicia%20Pol_tica%20-%20I/Paulo%20Bonavides-Ci_nicia%20Pol_tica%20(pdf)(rev).pdf .		
FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. Teoria política contemporânea : uma introdução. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. 229 p.		
GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade . 3. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009. 458p		

Disciplina: Teorias da Administração		
Semestre: 2º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa:		
Introdução à Administração: conceito de administração; o mercado de trabalho; o Administrador, sua formação e seu papel na sociedade atual. Evolução da Administração; As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais: atividades de planejamento, organização, coordenação e controle de processos e grupos de trabalho. As escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos. A Escola Clássica e a Administração Científica e suas decorrências; da Escola das Relações Humanas ao comportamento organizacional, Estruturalismo e Burocracia. A Teoria dos Sistemas; a Teoria da Contingência Estrutural. Perspectivas teóricas contemporâneas. Teorias Administrativas e Contexto Brasileiro.		
Bibliografia Básica:		
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da Administração. São Paulo: Campus. 2008.		
MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thonsom, 2005		
SILVA, Reinaldo O. Teorias da Administração. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2008.		
Bibliografia Complementar:		
CARVALHO, Antônio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do; SERAFIM, Oziléa Clen Gomes. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage, 2012. xi, 335p.		
CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública: teoria e questões com gabarito. 2.3ed. rev. e atul. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009. 514 p.		
COSTIN, Claudia. Administração pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.		
FRANCISCO FILHO, Geraldo; SILVA Fábio Gomes da. Teoria da Administração geral. Campinas: Alínea, 2008.		
CORRÊA, Henrique L.; CORRÊA, Carlos A. Administração de produção e operações: manufaturas e serviços: uma abordagem estratégica. 2. ed., 7. reimpr. São Paulo: Atlas., 2011. 690 p.		
WREN, Daniel A. Ideias de administração: o pensamento clássico. São Paulo: Ática, 2007.		
Webgrafia – www.hsm.com.br ; www.cfa.org.br ; www.chiavenato.com.br		
Jornais, Revistas e Periódicos: HSM Management, Jornal Gazeta Mercantil, Revista Exame.		

Disciplina: Antropologia		
Semestre: 2º	C. horária: 45h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: A cultura como sistema de representação. Estudo do comportamento social e cultural através do conceito antropológico de cultura e diversidade cultural, especialmente no que se refere a valores, hábitos e comportamentos, costumes e preconceitos regrados pela formação cultural e coletiva. Breve histórico do pensamento antropológico. A construção social da realidade. Sistemas simbólicos. Mitos e ritos. Arquétipos e Estereótipos. Antropologia urbana. Manifestações da cultura popular brasileira. A contribuição da Antropologia para outras áreas do conhecimento: o olhar, ouvir e escrever da etnografia.		
Bibliografia Básica:		
DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis . Rio de Janeiro, Rocco, 1997.		
LABURTHE-TOLDA, Philippe. Etnologia a antropologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.		
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2003.		
LARAIA, Roque De Barros. Cultura um conceito Antropológico . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 116 p.		
Bibliografia Complementar:		
FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação , Campinas, n.10, Jan/Fev/Mar/Abr, 1999.		
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2003.		
MARGARIDO, Alfredo. 2000. A lusofonia e os lusófonos : novos mitos portugueses. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 89 p.		
MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. Amar e brincar : fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. 3. ed. São Paulo: Palas Athena, 2011. 263 p.		
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia , São Paulo, USP, v. 39, n.1, 1996.		
YEPES STORK, Ricardo; ECHEVARRÍA, Javier Aranguren. Fundamentos de Antropologia . São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005.		

Disciplina: Fundamentos de Gestão Social		
Semestre: 2º	C. horária: 60	Formação: CFP
Ementa: Emergência da Gestão Social. Abordagens conceituais da Gestão social. O estudo sociológico das organizações. As organizações como agentes sociais. Novas institucionalidades. As Organizações da Sociedade Civil: aspectos conceituais. Diferenciação entre os campos dos movimentos sociais,		

Disciplina: Fundamentos de Gestão Social

da ação caritativa/humanitária e da ação política (motivações, processo decisório, relações interorganizacionais). A gestão social nos países lusófonos. As modalidade de gestão social: economia solidária (comércio justo, finanças solidárias, economia sem dinheiro, empresas sociais); políticas públicas para o desenvolvimento territorial

Bibliografia básica

BRAGA, Douglas Gerson. **Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. 193p.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das Organizações.** São Paulo: Atlas, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, Jean Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean Philippe (Org.). **Ação pública e economia solidária:** uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 1. 326 p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologia das organizações:** uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 337 p.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs:** principais funções gerenciais. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004

Bibliografia complementar:

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. A Gestão Social do terceiro setor e suas dualidades. **Administração em Diálogo**, v.10, n.2, 2008.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Fundamentos teóricos da gestão social.** Lavras, MG, 2011. Disponível em:

<http://pegs.ebape.fgv.br/sites/pegs.ebape.fgv.br/files/Airton-Can%C3%A7ado-Fundamentos-Te%C3%B3ricos-da-Gest%C3%A3o-Social-TeseAdmUFLA2011.pdf>.

PEREIRA, José Matias. **Curso de administração pública:** foco nas instituições e ações governamentais. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2010. xiv, 263 p.

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Gestão Social: perspectivas, princípios e (de)limitações. In: **ENEÓ**, 2010.

SALES, Ivandro da Costa. **Os desafios da gestão democrática:** em diálogo com Gramsci. Recife, PE: Edições UVA, 2005. 211 p.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública.** São Paulo: Atlas S.A., 2011. 140 p. ISBN 978852244083

Quadro 7 - Conteúdo segundo ano

Disciplina: Estatística Aplicada I		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Matemática Aplicada		
Ementa: Introdução à estatística: conceitos iniciais, estatística descritiva, probabilidade e números Índices.		
Bibliografia Básica:		
MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 540 p.		
MANTOVANI, Daielly Melina Nassif; GOUVÊA, Maria Aparecida Estatística Aplicada à Administração: um estudo de atitudes versus desempenho do aluno. Revista Iberoamericana de Educación/Revista Ibero-americana de Educação , n. 58/2, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/4424Mantovani.pdf .		
STEVENSON, William J. Estatística aplicada à administração. São Paulo, SP: Harper & Row do Brasil, 1981. 495 p.		
Bibliografia Complementar:		
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320 p.		
MCGRANE, Angela; SMAILES, Joanne. Estatística aplicada à Administração com excel. São Paulo: Atlas, 2002.		
SWEENEY, Dennis J.; (THOMAS ARTHUR),. Estatística aplicada à Administração e Economia. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. xxi, 597 p.		
TAVARES, Marcelo. Estatística aplicada à Administração. 2007. Disponível em: http://cead.ufpi.br/conteudo/material_online/disciplinas/estatistica/download/Estatistica_completo_revisado.pdf		

Disciplina: Instituições de Direito Público e Privado		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Conceito e concepções de Direito. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito. Sujeitos de direitos. Atos e fatos jurídicos. Vontade e forma no Direito. Pessoas naturais e jurídicas. Bens. Classificações dos direitos. Relação jurídica. Direito público e privado: princípios; “interesse público” e interesses privados. Função do Direito e do Estado na sociedade. Fatos, valores e normas. Direito como ciência. Constitucionalismo: estrutura hierárquica das normas jurídicas; classificações das constituições; poder constituinte e poderes constituídos; supremacia constitucional. Visão história das constituições: Brasil e países lusófonos. Leis: processo legislativo; aplicação; interpretação. Noções de direito privado: objetos dos direitos civil, comercial e trabalhista. Noções de direito penal e processual penal. O tempo no Direito: prescrição, decadência, preclusão.		
Bibliografia Básica:		
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 932 p.		
PESTANA, Marcio. Direito administrativo brasileiro. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 692 p.		
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Público e Privado. Edição eletrônica. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: CMS Pereira - 1998 - topgyn.com.br		
Bibliografia Complementar:		
BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de Direito Público e de Direito Privado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.		
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2012. 550 p.		
NASCIMENTO, Amauri Mascaro; PINHO, Rui Rebello. Instituições de direito público e privado: introdução ao estudo do direito de ética profissional. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 2010		
OLIVEIRA, João Rezende Almeida; COSTA, Tágory Figueiredo Martins. Instituições de direito público e privado. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/05-institui%20es%20do%20direito%20publico%20e%20privado/Livro%20institui%20es%20de%20direito%20publico%20e%20privado.pdf .		

Disciplina: Economia		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Conceitos e princípios de economia. Evolução do pensamento econômico. Noções de microeconomia: demanda, oferta e equilíbrio de mercado; teoria do consumidor; teoria do produtor; estruturas de mercado. Noções de macroeconomia: agregados macroeconômicos e contabilidade nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário; determinantes da demanda e oferta agregadas. Desenvolvimento econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.		
Bibliografia Básica:		
MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. Noções de economia Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 452 p. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/411-Manual_de_Economia.pdf .		
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
Bibliografia Complementar:		
GREMAUD, Amaury Patrick.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
KRUGMAN, Paul R.; WELLS, Robin; OLNEY, Martha L. Princípios de economia. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.		
PASCHOAL José et al. Economia (introdução): Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2007. 158p. Disponível em: http://cead.ufpi.br/conteudo/material_online/disciplinas/economia/textos/economia_PDF.pdf .		
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). Manual de economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.		

Disciplina: Ética na Administração Pública		
Semestre: 3º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Compreensão dos princípios éticos, no âmbito da Filosofia. A filosofia ao longo da história da humanidade. Reflexão crítica sobre questões éticas associadas à administração pública e à administração de empresas, assim como sobre a dimensão ética presente na articulação entre a esfera pública e a esfera privada. Conceitos básicos que auxiliam na avaliação e julgamento de dilemas éticos no contexto organizacional.		
Bibliografia Básica:		
ALONSO, Félix Ruiz; LÓPEZ, Francisco Granizo; CASTRUCCI, Plínio de Lauro. Curso de ética em administração. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010. xv, 254 p.		
OLIVEIRA, Manfredo A.de. Correntes fundamentais da ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2009. 255 p.		
SINGER, P. Ética prática. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.		
Bibliografia Complementar:		
CHAUI, M. Convite à filosofia. 13.ed. São Paulo: Ática, 2003.		
COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito moral e religião no mundo moderno. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 716 p.		
DUSSEL, Enrique D. Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012. 672 p.		
MATTAR, J. Filosofia e Ética na Administração. SP: Saraiva, 2004.		
COMPARATO, F. K. Ética: direito, moral e religião no mundo. São Paulo: Companhia das letras, 2006.		

Disciplina: Tecnologias e Sistemas de Informação no Setor Público		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Fundamentos de sistemas, processos e informações. Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público. Gestão de tecnologia da informação no setor público. Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação. Governo Eletrônico. Governança Tecnológica. Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas. Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público. Governo Eletrônico e Governança Tecnológica. Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.		
Bibliografia Básica:		
ASSIS, Wilson Martins de. Gestão da informação nas organizações : como analisar e transformar em conhecimento informações captadas no ambiente de negócios: exemplos práticos. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 182 p.		
BEAL, Adriana. Gestão estratégica da informação : como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. 144 p.		
STAREC, Claudio; GOMES, Elisabeth; BEZERRA, Jorge. Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva . São Paulo: Saraiva, 2006. 351 p.		
Bibliografia Complementar:		
BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial . 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011. 104 p.		
DE SORDI, José Osvaldo. Administração da informação : fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.		
GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. Sistemas de informação : uma abordagem gerencial. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.		
O'BRIEN, James A. Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.		
POLIZELLI, Demerval L.; POLIZELLI, Demerval L. Sociedade da informação : os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008. 258p		

Disciplina: Planejamento e Programação na Administração Pública		
Semestre: 3º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito:		
Ementa:		
Planejamento e programação na e da Administração Pública. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas. Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do		

Disciplina: Planejamento e Programação na Administração Pública
planejamento governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema dos Planos Plurianuais. Planejamento Público e Indicadores de Desempenho.
Bibliografia Básica:
MISOCZKY, Maria Ceci Araújo; GUEDES, Paulo. Planejamento e programação na administração pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.
DE TONI, Jackson; ARAÚJO FILHO, Afonso (Org.). Planejamento Estratégico Participativo: subsídios para facilitadores internos. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento e Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, 2001.
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 2007.
Bibliografia Complementar:
ALMEIDA, Paulo Roberto. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. 2004. Disponível em: < http://www.enap.gov.br/index.php?searchword=Paulo+Roberto+Almeida&option=com_search&Itemid=1 >. Acesso em: 12 ago. 2011.
DEMO, Pedro. Pobreza política. 5. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.
MATUS, Carlos. Adeus, Senhor Presidente. São Paulo: FUNDAP, 1997.
RODRIGUES, Eduardo S. O Plano Plurianual 2008-2011 e o Programa de Aceleração do Crescimento. CONGRESSO INTERNACIONAL DA CLAD, 13. [Anais ...]. Buenos Aires: [s. n.], 2008.
SOUZA, Antônio R. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. Revista do Serviço Público. Brasília, DF, n. 4, 2004.

Disciplina: Estatística Aplicada II
Semestre: 4º C. horária: 60h Formação: CFP
Pré-requisito: Estatística Aplicada I
Ementa: Inferência estatística: variáveis aleatórias, distribuição de probabilidade, estimativa e tamanho de amostra, teste de hipótese, análise de correlação e regressão linear.
Bibliografia Básica:
MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 540 p.

Disciplina: Estatística Aplicada II
STEVENSON, William J. Estatística aplicada à administração. São Paulo, SP: Harper & Row do Brasil, 1981. 495 p.
SWEENEY, Dennis J.; (THOMAS ARTHUR),. Estatística aplicada à Administração e Economia. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. xxi, 597 p.
Bibliografia Complementar:
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320 p.
MCGRANE, Angela; SMAILES, Joanne. Estatística aplicada à administração com excel. São Paulo: Atlas, 2002.
VERÍSSIMO, Constantino. [Aulas e exercícios de Estatística 2]. Disponível em: https://sites.google.com/site/profmsconstantinoverissimo/estatistica-aplicada-ii .
REIS Elizabeth; MELO, Paulo; ANDRADE Rosa; CALAPEZ, Teresa. Estatística Aplicada. 6. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2015 v.1. Disponível em: http://www.silabo.pt/Conteudos/8193_PDF.pdf .

Disciplina: Contabilidade Geral
Semestre: 4º
Carga horária: 60h
Formação: CFB
Pré-requisito: Estatística Aplicada I
Ementa: A disciplina objetiva proporcionar conhecimentos básicos de contabilidade financeira e análise de demonstrações financeiros, enfatizando a dimensão de controle propiciado pela técnica contábil. Para isso, abordará os seguintes temas: conceito e aplicação da contabilidade; o patrimônio; registros contábeis; demonstrações financeiras e análise de demonstrações financeiras.
Bibliografia básica:
IUDÍCIBUS, S. MARION, J. C. Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARION, J. C. Contabilidade Básica. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral fácil. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.
SILVA, C. A. T. Contabilidade geral. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.
Bibliografia complementar:
ALMEIDA, M. C. Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
MARION, J. C. Análise das Demonstrações Contábeis – Contabilidade Empresarial. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J.C. **Contabilidade Básica**. 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, C. L. **Introdução à Contabilidade com Abordagem para não contadores**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2015.

SILVA, C.A.T.; TRISTÃO, G. **Contabilidade básica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa

Semestre: 4º **C. horária:** 45h

Formação: CFP

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Questões teóricas e epistemológicas da pesquisa qualitativa: antropologia-ethnografia-ethnologia. Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa em ciências sociais aplicadas. Métodos e Técnicas de pesquisa qualitativa em administração. Métodos qualitativos em administração. Técnicas de coleta e de análise de dados qualitativos em ciências sociais aplicadas. Aplicações de pesquisa qualitativa em administração.

Bibliografia Básica:

FLICK, Uwe. tradução Joice Elias Costa. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração**: guia para estágios e trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar:

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes,. 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa - características, usos e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, SÃO PAULO, V. 1, N. 3, 2º SEM.. 1996

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet M. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. reimpr. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2009.

Disciplina: Processo Decisório no Setor Público		
Semestre: 4º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Especificidades da organização governamental e os condicionamentos na estrutura organização e nos processos. Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.		
Bibliografia Básica:		
CURY, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.		
CRUZ, Tadeu. Sistemas, métodos e processos: administrando organizações por meio de processos de negócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa operacional: na tomada de decisões. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 223 p.		
Bibliografia Complementar:		
BEAL, Adriana. Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2012. il.		
FERREIRA, Gonzaga. Negociação: como usar a inteligência e a racionalidade. São Paulo: Atlas, 2008.		
MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.		
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.		
SILVA JÚNIOR, Antonio Batista da. A empresa em rede: desenvolvendo competências organizacionais. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007. 122p.		

Disciplina: Políticas Públicas e Sociedade		
Semestre: 4º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa:		
Políticas públicas: conceitos fundamentais. Políticas públicas, governo e sociedade. Estado, mercado, neoliberalismo e as políticas públicas. O Estado de Bem-estar Social e nova questão social. O público e o privado. Políticas públicas e o Estado patrimonialista brasileiro. Políticas públicas culturais étnico-raciais. Políticas públicas de gênero. Cidadania e emancipação humanas.		
Bibliografia Básica:		
CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.		
SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
XAVIER, Antônio Roberto. Segurança pública, direitos humanos e cidadania: desafios ao estado democrático de direito no Brasil. Fortaleza: Imprece, 2009.		
Bibliografia Complementar:		
ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1993.		
CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo percurso. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.		
FROTA, M. H. de P.; OSTERNE; M. S. F. [et. al.]. (Orgs). Família, Gênero e Geração: temas transversais. Fortaleza: EdUECE, 2004.		
SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, v. 2. 2006. Disponível em: < www.enap.gov.br >.		
XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale; CAVALCANTE, Ana Célia Lopes; XAVIER, Antônio Roberto (Orgs.). Políticas culturais e educacionais étnico-raciais em Ocara-CE: gestão, participação e inclusão. Fortaleza: Imprece, 2016.		

Disciplina: Economia no Setor Público		
Semestre: 4º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Setor público: funções econômicas e estrutura tributária. Necessidade de financiamento do setor público, déficit e dívida pública. Economia aberta e setor externo: câmbio e balanço de pagamentos. Política fiscal e inflação. Política fiscal e distribuição de renda. Problema previdenciário. Reforma tributária e federalismo fiscal.		
Bibliografia Básica:		
GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, Campus, 2011.		
RIANI, Flavio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2009.		
SILVA, Fernando Antônio Rezende da; LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
Bibliografia Complementar:		
ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. Macroeconomia: teoria e prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2010.		
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2016.		
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). Manual de economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
SILVA, Bernardino José da. Economia do setor público: livro didático. 4. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2007. 174 p.		
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		

Quadro 8 - Conteúdo terceiro ano

Disciplina: Comportamento Organizacional		
Semestre: 5º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Fundamentos de Psicologia aplicada aos processos organizacionais; Variáveis que influenciam o comportamento humano; Modelo de comportamento; Compreensão das características da produtividade individual e grupal; Liderança e comunicação organizacional; Liderança de Reniões, Motivação e clima organizacional; A tomada de decisão; As influências comportamentais na tomada de decisões; as decisões individuais e grupais; Questões de poder inter e intra-organizacionais; Mudança organizacional; O comportamento organizacional nos vários contextos da CPLP; Impactos da tecnologia no trabalho.		

Disciplina: Comportamento Organizacional

Bibliografia Básica:

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. **Sociologia aplicada à administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 225 p.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para Administradores.** São Paulo: Ed. Atlas. 2004

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional:** teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas organizações.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 430 p.

VECCHIO, Robert P. **Comportamento organizacional:** conceitos básicos. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Antónia Cadijatu. **Desenvolvimento de recursos humanos no contexto da reforma do aparelho do estado:** estudo comparativo entre Brasil/Guiné Bissau. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, 2004.

AMBRÓSIO, Hamilton Txicolassonhi Joaquim. **Estudo da motivação na administração pública de Angola:** estudo do município de Saurimo. Dissertação (Mestrado em Gestão Autárquica) - Instituto Superior de Educação e Ciências, 2015.

ARGENTI, Paul A. **Comunicação empresarial:** a construção da identidade, imagem e reputação. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, Campus, 2006.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia:** dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Edit. da UFRGS, 1997.

COHEN, Allan R., STEPHEN L. Fink. **Comportamento organizacional:** conceitos e estudos de casos. trad. de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2003.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas organizações.** São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Richard H. **Organizações:** estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

MACABA, Cheila Saquina. **Gestão da Comunicação Organizacional:** caso Aeroportos de Moçambique, E.P. Dissertação (Mestrado) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016.

REGO, Arménio. **Liderança de Reuniões,** Na Senda de Soluções mais Criativas. Edições Sílabo, 2001.

SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP. **18 anos da CPLP, os desafios do futuro.** CPLP, 2011.

Disciplina: Comportamento Organizacional

SEMEDO, Ana Suzete Dias. **Liderança autêntica e seus efeitos nas atitudes dos colaboradores, na criatividade e na performance individual: a realidade das organizações em Cabo Verde.** Tese (Doutorado em Gestão de Empresas, na especialidade de Gestão e Pessoas) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2016.

SEMEDO, Pedro Andrade. **O estilo de liderança do gestor público cabo-verdiano.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas– Gestão Global)- Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

SILVA, Neusa Katiana Cardoso. **Recompensas como fator de motivação:** um estudo em Angola. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Humanos)- Instituto Superior de Economia e Gestão, 2012.

STREIBEL, Barbara J. **Como planejar e conduzir reuniões produtivas.** Sextante, 2008.

VECCHIO, Robert P. **Comportamento Organizacional.** Tradução de Roberto Galman São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.

Disciplina: Políticas públicas: gênero, raça e geração

Semestre: 5º	Carga horária: 45h	Formação: CFP
--------------	--------------------	---------------

Pré-requisito: Não tem.

Ementa: Aspectos conceituais e metodológicos sobre políticas públicas de gênero, raça, geração e outras interseccionalidades, como sexualidade e deficiências. O histórico dilema entre políticas por redistribuição e de reconhecimento. O papel dos movimentos sociais nas transformações sócio-culturais, nas áreas dos direitos humanos, cidadania, exclusão social e violência contra mulheres, racismo, capacitismo, etc. Histórico da incorporação do Estado de políticas afirmativas (ou de cotas) de gênero, raça, geração e de pessoas com deficiência. O contexto atual das lutas por diversidade e o futuro de políticas pela igualdade com respeito às diferenças.

Bibliografia básica:

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**/ Organizado por Ana Amélia Camarano.- Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 604 p.

CORRÊA, Sonia e PARKER, Richard. (Org.) **Sexualidade e política na América Latina:** histórias, interseções e paradoxos. Rio de Janeiro, ABIA, 2011.

DINIZ, Debora; SQUINCA, Flávia; MEDEIROS, Marcelo. Deficiência, cuidado e justiça distributiva. Série **Anis**, v. 48, p. 1-6, maio 2007.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis-SC, v. 12, n. 1, p.47-71, 2004.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007.

MARIANO, Silvana Aparecida. CARLOTA, Mariano Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009.

MELLO, Luiz Mello; MAJORA, Walderes Brito, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, v.39, p.403-429.jul.-dez. 2012:

MOTTA, Alda Britto da; WELLER, Wivian. (Orgs.) Dossiê: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológico. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2 maio-ago. 2010.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n.3, p. 424, set.-dez. 2008.

WONG, Laura L. Rodríguez.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

Bibliografia complementar:

CASTRO, Mary Garcia. Alquimias de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 0, 1992.

Yannoulas, Silvia Cristina. **Dossiê**: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. 93 p.

MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos pagu**, v.13, p.191-221,1999.

CASTRO, Mary Garcia. **Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas**: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. Disponível em:
<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28334-28345-1-PB.pdf>.

CAVENAGHI, Suzana. (Org.) **Gênero e raça no ciclo orçamentário e controle social das políticas públicas**: indicadores de gênero e de raça no PPA 2008-2011. Brasília, CFEMEA, 2007.

Disciplina: Direito Administrativo I		
Semestre: 5º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa:		
Objeto e posição do Direito Administrativo no âmbito do Direito. Fontes; codificação. Princípios, prerrogativas e poderes administrativos; relação de direito administrativo; regime jurídico-administrativo. Sujeitos: Administração Pública direta e indireta, pessoas jurídicas de direito público, órgãos públicos, agentes públicos. Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação e invalidação. Licitação: princípios, fases, modalidades. Contratos administrativos. Bens públicos.		
Bibliografia Básica:		
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.		
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.		
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013		
Bibliografia Complementar:		
ANDRADE, Sara Maria de. Sociologia do direito: resumo dos tópicos mais importantes para concursos públicos. São Paulo: Método, 2011. 126p (Coleção Direito de Bolso).		
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2013. lvi, 1266 p.		
FRANÇA, Maria Adelaide de C. Comentários à lei de licitações e contratos da administração pública. São Paulo: Saraiva, 2011. 439 p.		
MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração pública: tomo 1. 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. v.1. 465p.		
PESTANA, Marcio. Direito administrativo brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. 700 p.		

Disciplina: Matemática Financeira		
Semestre: 5º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Conceitos básicos da Matemática Financeira. Regimes de capitalização simples e composta. Juros Simples e Juros Compostos. Descontos Simples e Compostos. Série de Pagamentos, Anuidades e Perpetuidades. Sistemas de Amortização: SAC, SAF e Misto.		
Bibliografia Básica:		
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
SILVA, André Luiz Carvalhal. Matemática financeira aplicada . São Paulo: Atlas, 2005.		
PUCCINI, Ernesto Coutinho. Matemática financeira e análise de investimentos . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011. 204p. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/14-matem%E1tica%20financeira%20e%20an%E1lise%20de%20investimentos/livro%20matem%E1tica%20financeira%20e%20an%E1lise%20de%20investimentos.pdf		
Bibliografia Complementar:		
CAVANHA FILHO, Armando Oscar. Matemática Financeira: livro de bolso. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/mf2e.pdf		
PETTRES, Roberto. Matemática Financeira . Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-123890/matematica-financeira .		
PUCCINI, Ernesto Coutinho. Matemática Financeira e Análise de Investimentos . Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. 204p. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/14-matem%E1tica%20financeira%20e%20an%E1lise%20de%20investimentos/livro%20matem%E1tica%20financeira%20e%20an%E1lise%20de%20investimentos.pdf		

Disciplina: Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa		
Semestre: 5º semestre	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Estatística Aplicada II		
Ementa: Introdução de Métodos de pesquisa: Aspectos teóricos e conceituais; métodos de pesquisa quantitativa, análise de dados estatísticos: multivariados, categorizados e não paramétricos, aprender a elaborar banco de dados e fazer análise estatística utilizando o software Stata/R/Spss/Minitab.		
Bibliografia Básica:		
HAIR, JOSEPH F., et al. Análise multivariada de dados . Bookman Editora, 2009.		

Disciplina: Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística básica.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 540 p.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à Administração.** São Paulo, SP: Harper & Row do Brasil, 1981. 495 p.

Bibliografia Complementar:

CASTELLAN, N. John; SIEGEL. Jr. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento.** 2 ed. Penso, 2006.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320 p.

MCGRANE, Angela; SMAILES, Joanne. **Estatística aplicada à Administração com excel.** São Paulo: Atlas, 2002.

WAINER, Jacques. **Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação.** Campinas, Instituto de Computação/UNICAMP. Disponível em:
<http://www.ic.unicamp.br/~wainer/papers/metod07.pdf>.

Disciplina: Orçamento Público		
Semestre: 5º	C. horária: 45h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: A disciplina objetiva introduzir conhecimentos acerca do sistema de planejamento orçamentário do setor público brasileiro. Evidenciará a relação entre planejamento governamental e orçamento público, para tratar com detalhes dos aspectos teóricos e práticos relativos à elaboração das peças orçamentárias e da execução da LOA, tomando por base as fontes doutrinárias e legais que regem a matéria. Atenção especial será dada aos seguintes assuntos: Leis orçamentárias; princípios e ciclo orçamentários; receitas e despesas públicas; execução orçamentária e financeira.		
Bibliografia Básica:		
<p>BRASIL. Lei 4320 de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Data de acesso: 08 de novembro de 2016.</p> <p>_____. Manual Técnico de Orçamento MTO. Edição 2017. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2017-1a-edicao-versao-de-06-07-16.pdf. Data de acesso: 08 de novembro de 2016.</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento público. 16. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>PASSOS, A. P.F.; CASTRO, P.S.C. O Orçamento e a Dívida Pública Federal. In: SILVA, Anderson Caputo, CARVALHO Lena Oliveira de; MEDEIROS, Otavio Ladeira de (Org.). Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009. Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/livro/livro_eletronico_completo.pdf. Data de acesso: 08 de novembro de 2016.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>ANGÉLICO, João. Contabilidade Pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 271 p.</p> <p>BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Orçamento público. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco de. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf.</p> <p>PASCOAL, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e controle externo: teoria, jurisprudência e 400 questões. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009. 328 p.</p> <p>SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. Coordenação-Geral de Inovação, Assuntos Orçamentários e Federativos. Introdução ao orçamento Público: oficina nº 15. www.esaf.fazenda.gov.br/.../orcamentaria/.../arquivo.2013-05-23.39564.</p>		

Disciplina: Contabilidade do Setor Público		
Semestre: 6º	Carga horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Orçamento Público		
Ementa: A disciplina tem como objetivo propiciar conhecimento básico de contabilidade aplicada ao setor público, com especial atenção ao enfoque patrimonial, como prescrito nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.1 -16.11), sem perder de vista, o enfoque orçamentário (Lei 4.320), quando ainda aplicável. Para tanto, propiciará uma revisão de conceitos de planejamento governamental e orçamentários, incluindo as receitas e despesas públicas. Detendo-se de modo mais profundo nos seguintes assuntos: procedimentos contábeis patrimoniais, plano de contas aplicado ao setor público e demonstrativos contábeis aplicados ao setor público e demonstrativos fiscais.		
Bibliografia básica:		
BRASIL. Manual de Contabilidade aplicada ao setor público. 6. ed. Brasília: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional, 2014.		
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.		
KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
LIMA, D. V. Contabilidade pública: integrando União, estados e municípios (Siafi e Siafem). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012		
Bibliografia complementar:		
ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base na LC n. 101/00 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
ANGÉLICO, João. Contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
BRASIL. Manual Técnico de Orçamento MTO. Edição 2017. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2017-1a-edicao-versao-de-06-07-16.pdf . Data de acesso: 08 de novembro de 2016.		
CASTRO D. P.; GARCIA, L. M. Contabilidade pública no Governo Federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
SILVA, Moacir Marques da. Comentários à lei de responsabilidade fiscal: abordagem contábil		

e orçamentária para municípios. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 264 p. (Broch).

Disciplina: Administração Estratégica		
Semestre: 6º	Carga horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: O Planejamento como processo Administrativo. A natureza do planejamento público: princípios, filosofias, estruturação e tipos de planejamento. Análise da organização e de seu ambiente. Forças e Estratégias Competitivas. Metodologia de elaboração e implementação de Planejamento Estratégico: Diagnóstico estratégico; missão e visão da organização; Objetivos e desafios organizacionais; Estratégias Públicas; Políticas Estratégicas Governamentais; Projetos e planos de ação; Controle e avaliação. Indicadores de desempenho públicos. Planejamentos com base no BSC e no Mapa Estratégico e em estudos de casos.		
Bibliografia básica:		
BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William S. Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos. 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2014. 406 p.		
FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; BERTON, Luiz Hamilton. Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. xv, 255 p.		
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
Bibliografia complementar:		
FAGANELO, Mauricio; MACHADO, Luiz Henrique. Administração estratégica. 2014. Disponível em: http://www.faculdadefar.edu.br/arquivos/curso-arquivo/files-386-0.pdf .		
IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E.; HITT, Michael A. Administração estratégica. São Paulo: Cengage Learning, 2014.		
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Mapas estratégicos: balanced scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Trad. de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.		
_____. Organização orientada para a estratégia: como as empresas adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.		
WEBGRAFIA / REVISTAS / JORNAIS www.hsm.com.br; jornal Gazeta Mercantil; Revista Exame; Escola Nacional de Administração Pública; Fundação Nacional da Qualidade – FNQ.		

Disciplina: Direito Tributário		
Semestre: 6º	C. horária: 45h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa:		
Objeto e posição do Direito Tributário no âmbito do Direito. Conceito de tributo. Princípios tributários. Competência tributária. Espécies de tributos. Obrigações tributárias. Hipótese de incidência e fato gerador. Relação tributária. Capacidade tributária ativa. Capacidade tributária passiva. Responsabilidade e substituição tributárias. Crédito tributário. Fontes do Direito Tributário e legislação tributária. Processos tributários: administrativo, judicial, penal.		
Bibliografia Básica:		
BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 12.ed. São Paulo, Atlas, 2012.		
_____. Gerência de impostos: IPI, ICMS, ISS, IR. 7. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 545 p.		
NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão pública: gestão pública aplicada: União, estados e municípios; gestão pública no Brasil, de JK a Lula; gestão fiscal responsável; tributação e orçamento; tópicos especiais em contabilidade pública; gestão das contas nacionais; gestão ecológica e ambiental. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011. 254 p.		
Bibliografia Complementar:		
ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário esquematizado. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. Disponível: http://solatelia.com/cfap/livros/DireitoTribut%C3%A1rioEsquematizado-4%C2%AAdicao-2010-RicardoAlexandre.pdf .		
MACHADO, Hugo de Brito. Comentários ao código tributário nacional. São Paulo, SP: Atlas, 2003-04. 2 v.		
MACHADO, Hugo de Brito. Comentários ao código tributário nacional: artigos 139 a 218. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.		
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO. Brasília. Disponível em: http://www.abdf.com.br/pt/revista/anteriores/1965-volume-4-numero-31-ano-2014		
MIRANDA, Maria Bernadete. Princípios constitucionais do Direito Tributário. Revista Virtual Direito Brasil v. 3, n.1, 2009. Disponível em: http://www.direitobrasil.adv.br/artigos/tri.pdf .		

Disciplina: Administração Financeira no Setor Público		
Semestre: 6º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa:		
Introdução a finanças. Sistema financeiro nacional: origem e funcionamento. Instrumentos financeiros e transações financeiras. Definição de ativo livre de risco. Relação entre risco e retorno de ativos. Modelo CAPM. Custo de capital. Decisões de financiamento.		
Bibliografia Básica:		
FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 20. ed., rev. atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2015.		
GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.		
PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 13. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2014.		
Bibliografia Complementar:		
BRITO, Jaqueline do Rosário Rosa A Administração Financeira Estado: a gestão orçamental em Cabo Verde em perspetiva comparativa com Portugal. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24759/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Jaqueline%20Brito.pdf .		
SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011		
SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2011.		
VALMORBIDA, Sandra Mara Iesbik; ENSSLIN, Sandra Rolim; Leonardo Ensslin; BORTOLUZZI, Sandro César. Gestão financeira e orçamentária governamental: construção de um modelo de gestão multicritério.2012. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG19.pdf .		

Disciplina: Empreendedorismo no Setor Público		
Semestre: 6º	C. horária: 45 h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: A Essência Filosófica do Empreendedorismo. O Empreendedorismo Coletivo, Social e Público. O Indivíduo Empreendedor: influência dos aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos. O Empreendedorismo Corporativo ou Intra-empreendedorismo. O Processo Empreendedor: Estratégia, Aquisição de Recursos e o Processo de Organização. Fontes e Fomentos para Empreendimentos Públicos Inovadores. O Papel do Estado para fomentar a ação empreendedora. Empreendedorismo e o Desenvolvimento Econômico.		
Bibliografia Básica:		
BARON, Robert A. SHANE, Scott A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2007.		
DOLABELA, Fernando. O segredo de Lúisa. Rio de Janeiro (RJ): Sextante, 2008. 299 p.		
HISRICH, Robert D. PETERS, Michael P. SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.		
OSBORNE, David. GAEBLER, Ted. Reinventando o Governo. MH Comunicações: Brasília, 1994.		
SOUSA, Jefferson Lindbergh de; PAIVA JUNIOR, Fernando Gomes de; LIRA, Zarah Barbosa. A abordagem multidimensional do empreendedorismo no setor público: o caso da ação empreendedora da fundação Joaquim Nabuco. In: FÓRUM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PME. Disponível em: file:///C:/Users/Fatima/Downloads/Sousa_Paiva_Lira_2010_A-abordagem-multidimensional-d_892.pdf		
Bibliografia Complementar:		
ALFORD, J.; HUGHES, O. Public value pragmatism as the next phase of public management: The American Review of Public Administration. v.38. n. 2 Sage publications. p.196-217. 2008. Disponível em: http://arp.sagepub.com/cgi/content/abstract/38/2/130		
SOUZA, A. R. Agências reguladoras e seus modelos de gestão: uma análise na aneel e Anatel. Tese de Doutorado em Administração, Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca/trabalhos/trabalhos .		

Disciplina: Direito Administrativo II		
Semestre: 6º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Direito Administrativo I.		
Ementa:		
Noções gerais sobre procedimento administrativo. Licitação: princípios, fases, modalidades. Contratos administrativo. Bens públicos. Intervenção na propriedade privada e no domínio econômico. Serviços públicos. Servidor público. Crimes contra a Administração Pública. Responsabilidade civil da Administração Pública. Controles da Administração Pública: legislativo, judicial, social. Processo administrativo. Terceiro setor.		
Bibliografia Básica:		
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo . Belo Horizonte: Fórum, 2011.		
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.		
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 932p.		
Bibliografia Complementar:		
ANDRADE, Sara Maria de. Sociologia do direito : resumo dos tópicos mais importantes para concursos públicos. São Paulo: Método, 2011. 126p (Coleção Direito de Bolso).		
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . 26. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2013. lvi, 1266p.		
IURK, Cassiano Luiz. Noções de Direito Administrativo . Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008. 88p. Disponível em: http://ftp.comprasnet.se.gov.br/sead/licitacoes/Pregoes2011/PE091/Anexos/servi%E7o_publico_modulo_I/Nocoes_de_Direito_Administrativo.pdf		
PESTANA, Marcio. Direito administrativo brasileiro . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. 700 p.		

Quadro 9 - Conteúdo quarto ano

Disciplina: Elaboração de Projetos Públicos		
Semestre: 7º	C. horária: 60 h	Formação: CFP
Pré-requisito: Administração Estratégica		
Ementa:		
A relevância da gestão pública por meio de projetos públicos. Planejamento e projeto na esfera pública: conceito, características e projeção. Especificidades da organização governamental. Estruturas organizacionais voltadas para projetos públicos. Equipes de projetos públicos. Ciclos e fases do projetos públicos: fluxo do processo. Definição do escopo de projetos públicos. Identificação de restrições, dimensões e limitações do projetos públicos. Criação de plano para projetos públicos. Avaliação e controle do desempenho de projetos públicos. Métodos e técnicas		

Disciplina: Elaboração de Projetos Públicos utilizados na avaliação de projetos públicos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos públicos. Análise de custo-benefícios futuros gerados através de projetos públicos.
Bibliografia Básica:
BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Publicações nacionais. Disponível em http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais
CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais : avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
PISA, Beatriz Jackiu; OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de. Gestão de projetos na administração pública : um instrumento para o planejamento e desenvolvimento Disponível em: http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpl/pdf/snpl2013/Beatriz_Jackiu.pdf
Bibliografia Complementar:
BRASIL. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento – SUBPL. Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2012 – 2015 . Rio de Janeiro, 2011.
BRASIL. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil , Brasília, de 03 de outubro de 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm
BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento - MTO . Versão 2012. Brasília, 2011. Disponível em http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/manual-tecnico-de-orcamento-mto .
CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. Gerenciamento de projetos na prática (casos brasileiros). São Paulo: Atlas, 2006.
CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos . 3. ed. São Paulo: Thomson, 2007.

Disciplina: Gestão ambiental e sustentabilidade		
Semestre: 7º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa:		
<p>A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); O meio ambiente como campo de conflitos sociais e econômicos na defesa dos interesses difusos; o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental; a gestão socioambiental nos países lusófonos.</p>		
Bibliografia Básica:		
<p>BIDERMAN, Rachel <i>et al.</i> Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf. Acesso em: 12 mar. 2009.</p>		
<p>CAMARGO, A. L. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003.</p>		
<p>NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. Gestão Socioambiental Estratégica. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>FIKSEL, J. <i>et al.. Measuring progress towards sustainability principles, process, and best practices.</i> In: GREENING OF INDUSTRY NETWORK CONFERENCE BEST PRACTICE PROCEEDINGS. 36 pp. http://www.inknowvate.com/inknowvate/Fiksel_McDaneil_Mendenhall.pdf</p>		
<p>FURTADO, J. S. 2003. Gestão com responsabilidade socioambiental: desenvolvimento sustentável e comunidade. 2003. p.1-46. Disponível em: http://www.gerenciamento.ufba.br/Downloads/Desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20e%20comunidade.pdf</p>		
<p>PÁDUA, J. A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Zahar, 2002</p>		
<p>TRINDADE, J. D; ROSSI-ALVA, J. C. Gestão socioambiental nas empresas privadas. Disponível em: http://www.moraismoraisdecastro.com.br/upload/Artigo_Cientifico.pdf.</p>		

Disciplina: Gestão de Operações e Qualidade no Serviço Público		
Semestre: 7º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Evolução e conceitos de logística; Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras; Conceitos básicos do modelo de gestão baseado na qualidade total; Evolução do conceito e processo da qualidade; análise, padronização e melhoria de processos; Normas ISO; Prêmio Nacional da Qualidade.		
Bibliografia Básica:		
BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.		
CORRÊA, Henrique Luiz; CAON, Mauro. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2006.		
CORRÊA, Henrique Luiz; CORRÊA, Carlos Alberto. Administração de produção e de operações. São Paulo: Atlas, 2005.		
TRIDAPALLI Juarez Paulo; WALTAIR Elton Fernandes, MACHADO, Vieira Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro, v. 45, n.2. p.401-33, mar./abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n2/06.pdf		
Bibliografia Complementar:		
BARBIERI, José Carlos; MACHLINE, Claude. Logística hospitalar: teoria e prática. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2003. xiv, 320p		
ERDMANN, Rolf Hermann. Gestão da qualidade no setor público. Florianópolis : UFSC, 2011.		
FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de Materiais e do Patrimônio. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.		
KEEDI, Samir. Transportes, unitização e seguros internacionais de carga. São Paulo: Aduaneiras, 2006.		
POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2007.		
SLACK, Nigel, et al. Administração da Produção. 2. ed. São Paulo: Atlas,. 2007		
VIANA, João, J. Administração de Materiais: um enfoque prático, São Paulo: Atlas, 2008.		
Disciplina: Inovação e Criatividade no Setor Público		

Semestre: 7º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Definições de criatividade e inovação. Interrelação entre os conceitos de criatividade e inovação. Fatores do indivíduo e do ambiente que influenciam a criatividade nas organizações. Criatividade em equipes de trabalho. Criatividade e complexidade. Contexto da inovação no serviço público; Inovação em gestão pública; facilitadores e limitadores da inovação no setor público; Inovação em serviço; Inovação na prática; Design Thinking: pressupostos, estratégias e aplicação nos serviços público.		
Bibliografia Básica:		
ALENCAR, E.M.L.S. O Processo Criatividade. da São Paulo: Makron Books, 2000.		
BROWN, T. Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.		
BRUNO-FARIA, M.F. Criatividade, inovação e mudança organizacional. In: LIMA, S. M. V. (Org.), Mudança Organizacional: teoria e gestão. Rio de Janeiro: FGV, 2003, cap. 3.		
EVELYN, L.; MEDEIROS, P. Novos Caminhos da Gestão Pública. Qualitymark Editora		
Bibliografia Complementar:		
ALENCAR, E.M.L.S. A gerência da criatividade. São Paulo: Makron Books, 1996.		
BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookmann, 2009.		
BRUNO-FARIA, M.F.; VEIGA, H.M.S; MACÊDO, L.F. Criatividade nas organizações: análise da produção científica nacional em periódicos e livros de Administração e Psicologia.rPOT , v.8, n.1, jan./jun., 2008.		
CHIAVENATO, I. Administração Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.		
MITJÁNS MARTINEZ, A. A criatividade nas organizações: o papel do líder. Universitas Psicologia, v.1, n.1, 2000.		
BRUNO-FARIA, M.; VARGAS, E.; MARTÍNEZ, A. (Org.). Criatividade e Inovação nas Organizações: desafios para a competitividade. Atlas Editora, 2013.		

Disciplina: Auditoria e Controladoria no Setor Público		
Semestre: 7º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Definição de controle nos sistemas de controle interno e externo na administração pública; Histórico, natureza e função constitucional de controle interno e externo na administração pública; Natureza, função institucional da Controladoria governamental; Avaliação de sistemas de controle interno e externo na administração pública. Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Papéis de Trabalho. Controles da Administração Pública. Tomada e Prestação de Contas. Elaboração de Relatório de Auditoria.		
Bibliografia Básica:		
CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle interno no Setor Público. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.		
LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBERGER, Darci. Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.		
MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de Auditoria Governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
SLOMSKY, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005.		
Bibliografia Complementar:		
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 517p.		
NAKAGAWA, Masayuki. Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação São Paulo, SP: Atlas, 2009.		
NOGUEIRA, Carnot Leal. Auditoria de qualidade de obras públicas. São Paulo: Pini, 2008. 192 p.		
PETER, Maria da Gloria Arrais; MACHADO, Marcus Vinicius Veras. Manual de auditoria governamental. São Paulo, SP: Atlas, 2003. 241 p.		

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I		
Semestre: 7º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito: Iniciação ao Pensamento Científico, Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa, Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa.		
Ementa: Formulação do projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, apoiado em métodos e técnicas de pesquisa correspondentes, de acordo com a especificidade de cada habilitação. A disciplina tem como objetivo oferecer ajuda e estímulo teórico-metodológico complementar à elaboração e execução do projeto de pesquisa. Apresentação dos projetos de TCC e debate sobre a problemática central das propostas. Sugestões para uma melhor operacionalização do estudo		
Bibliografia Básica:		
MONTEIRO, G. Guia para a elaboração de projetos, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses. São Paulo: Edicon, 1998.		
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis: Vozes. 1983.		
VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2005.		
Bibliografia Complementar:		
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1992.		
ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva. 1983.		
LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas. 2000.		
SANTOS, Antonio Raimundo. Metodologia Científica: a construção do Conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A editora. 1999.		
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Sistema de Bibliotecas. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos. Fortaleza, CE, 2014. 149 p.: il.		

Disciplina: Marketing no Setor Público		
Semestre: 8º	C. horária: 45 h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Fundamentos de marketing - revisão; Visão do serviço público pela perspectiva de marketing; O composto de marketing no setor público; marketing de organizações governamentais; tópicos especiais de marketing gerencial: marketing de lugares e marketing social, marketing político e eleitoral.		
Bibliografia Básica:		
FROEMMING, Lurdes Marlene Seide. Marketing público. Ijuí : Ed. Unijuí, 2009. 78 p. –		

Disciplina: Marketing no Setor Público

(Coleção educação a distância. Série livro-texto). Disponível em:

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/180/Marketing%20p%C3%BAblico.pdf?sequence=1>.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Marketing no setor público.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

KOTLER, Philip; GERTNER, David. O estratégico marketing de lugares. **HSM Management**, n. 44, maio-jun. 2004. Disponível em:
<http://br.hsmglobal.com/adjuntos/14/documents/000/061/0000061261.pdf>.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Francisco José. **Marketing:** uma visão preliminar: texto para discussão. Mimeografado, 2010, disponível em: www.franzecosta.com

COELHO, F. S.; OLENSCKI, A. R. B .Varejo de serviços públicos: conceito, especificidades e aplicações no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, v. 4, p. 129-148, 2005.

GORDON, Mark. **Negociação:** desenvolvendo novas habilidades e abordagens para a obtenção de resultados práticos e duradouros. São Paulo: M. Books, 2009. xvi, 242 p.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. xii, 600p.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing:** foco na decisão. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. xx, 491 p.

Disciplina: Relações Internacionais

Semestre: 8º **C. horária:** 60h

Formação: CFB

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

As Relações Internacionais (RI) como campo de estudo; Distinção de política internacional e política externa; Transformações históricas no meio internacional; Organizações Internacionais; Potencial Estratégico das Relações Internacionais para o Setor Público; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Cooperação para o Desenvolvimento na CPLP.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Thales. O jogo do poder internacional: unipolaridade, realismo multilateralista e a fabricação de consensos no processo decisório do Conselho de Segurança da ONU (1990-2004). Recife, 2005. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p. Disponível

Disciplina: Relações Internacionais

em: http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf.

RODRIGUES, G. **O que são relações internacionais.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

Bibliografia Complementar:

ALIANÇA de Civilizações (AOC). Disponível em: www.aliancadecivilizacoes.mre.gov.br. Acesso em 15 de abril de 2011.

CASTRO, Thales; FERREIRA FILHO, José Alexandre. Instituições, Governança e Crescimento Econômico: Complementaridades Teóricas entre as Ciências Econômicas e Políticas e Comparação da Evidência Empírica Brasileira com a dos Países do Mercosul e Leste Asiático. II Seminário sobre Relações Econômicas Internacionais - Itamaraty. Brasília, FUNAG, 2011.

LESSA, A. **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Editora Saraiva 2013.

LESSA, A.; Altemani, H. **Introdução ao estudo das relações internacionais.** São Paulo: Editora Saraiva 2013.

MAGNOLI, D. **Relações internacionais:** teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004.

SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP. **18 anos da CPLP:** os desafios do futuro. CPLP, 2011.

SEITENFUS, R. **Manual das organizações internacionais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

VIZENTINI, P. **Relações internacionais do Brasil:** de Vargas a Lula. 2. ed. atual. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

Disciplina: Gestão de Pessoas no Setor Público

Semestre: 8º	C. horária: 60 h	Formação: CFP
---------------------	-------------------------	----------------------

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Estudo da Gestão de Pessoas nas organizações. Desenvolvimento de habilidades técnicas e analíticas necessárias à gestão de pessoas em organizações governamentais, do terceiro setor ou em programas de responsabilidade social no setor privado. Evolução histórica das teorias de gestão de pessoas. Modelo clássico; modelo motivacional; modelo estratégico e modelo competitivo. Exame das questões sobre o sentido do trabalho. Aspectos fundamentais da moderna gestão de pessoas face aos novos desafios das organizações. Processos de Gestão de pessoas. Gestão estratégica e os novos modelos de gestão de pessoas aplicados ao setor público. Os processos de Gestão de Pessoas no setor

Disciplina: Gestão de Pessoas no Setor Público
público: admissão de servidores, carreiras; recompensas e desenvolvimento; avaliação de desempenho, qualidade de vida no trabalho. Tendências da Gestão de pessoas face à Reforma do Aparelho do Estado e dos Modelos Patrimonial, Burocrático e Gerencial: gestão por competência.
Bibliografia Básica:
BITENCOURT, Claudia Cristina. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010. 443 p
CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; PANTOJA, Maria Júlia; BERGUE, Sandro Trescastro (Org). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília : ENAP, 2010.
FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Práticas de recursos humanos: PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.
Bibliografia Complementar:
BARROS, Betania Tanure de; EVANS, Paul; PUCIK, Vladimir. A gestão de pessoas no Brasil: virtudes e pecados capitais : estudos de casos. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007.
BITENCOURT, Claudia Cristina. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010. 443 p.
FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Relações de trabalho e políticas de gestão: uma história das questões atuais, RAUSP, v. 27, n. 4, out/dez, 1992.
KANAANE, Roberto. Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas S.A., 2010. xv, 241 p.
TANURE Betania, EVANS Paul, PUCIK Vladimir. A gestão de pessoas no Brasil: virtudes e pecados capitais: estudos de casos. Rio de Janeiro: Elsevier,2007.
FRANCIELLE, Molon Silva;VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas: Atlas, 2012. 213 p.
WOOD, Stephen. Administração estratégica e administração de recursos humanos. RAUSP, v. 27, n. 4 out/dez, 1992.

Disciplina: Gestão do Conhecimento		
Semestre: 8º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Abordagem conceitual e prática para o desenvolvimento de capital intelectual em organizações públicas. Análise da gestão do conhecimento como estratégia para acumulação de capital intelectual público Desenvolvimento de estudos de problemas e estruturação de projetos de alto desempenho no setor público. As relações das organizações públicas com a universidade para a criação e desenvolvimento de novas ideias, construção de ativos de conhecimento coletivos como meio de agregação de valor à vida dos cidadãos para a construção de uma inovadora sociedade do conhecimento, de alto valor agregado, em sentido amplo, em busca de novas soluções e de novo bem-estar.		
Bibliografia Básica:		
BATISTA, F. F., QUANDT, C. O., PACHECO, F. F. & TERRA, J. C. C. Gestão do conhecimento na administração pública. Brasília: IPEA – MPOG, 2005.		
SCHLESINGER, Cristina Costa Barros et. al. Gestão do conhecimento na administração pública. Curitiba: Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), 2008 120p.: v.1		
SVEIBY, Karl Erik. What is Knowledge Management? 1999. Disponível em: < www.coi-l.com/coil/knowledge-gard.../whatiskm.shtml >. Acesso em: 15 ago. 2005.		
Bibliografia complementar:		
AZEVEDO, Luiz C. S. Gestão do conhecimento em organizações públicas. 2002. Disponível em: < www2.rio.rj.gov.br/cgm/textos_selecionados/gestão_conhecimento >. Acesso: outubro de 2016.		
BUKOWITZ, W. R; WILLIAMS, R. L., Manual de Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2002.		
SOUSA, Alcyr M. et al. A gestão de pessoas alinhada com à gestão do conhecimento. In: _____. Gestão do conhecimento: uma experiência para o sucesso empresarial. Curitiba: Champagnat, 2001.		
STANKOSKY, M. (Ed.), Creating the Discipline of Knowledge Management: the Lasted in University Research. Burlington: Elsevier Butterworth–Heinemann, 2005.		
TEIXEIRA FILHO, Jayme. Perspectivas em gestão do conhecimento. Disponível em: < www.informal.com.br. > Acesso em: outubro de 2004.		

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II	Semestre: 8º C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito:		
Ementa: Prosseguimento do projeto de pesquisa iniciado na Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, aprimorando a pesquisa, a redação e os fundamentos necessários visando alcançar, exitosamente, o Trabalho de Conclusão de Curso II, com redação, revisão, formatação e normalização de acordo com as normas da ABNT, UNILAB, diretrizes e orientações previstas no PPC do Curso de Administração Pública presencial do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.		
Bibliografia Básica:		
<p>MARTINS, Junior Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Sistema de Bibliotecas. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos. -- Fortaleza, CE, 2014. 149 p.: il.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2005.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1992.</p> <p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva. 1983.</p> <p>KUHN, Thomas. A estrutura das Revoluções científicas. São Paulo: Ática. 1988.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas. 2000.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p>		

DISCIPLINAS OPTATIVAS GERAIS

Disciplina: Tecnologia e Inovação		
Semestre:	C. horária: 40	Formação: CFP
Ementa:		
Economia, sociedade e tecnologia. Técnica e ciência como ideologia. Modelos de acesso, recursos físicos e digitais. Tecnologia, comunidades e instituições. As novas tecnologias e suas implicações sociais. Os trabalhadores e as novas tecnologias. Novas técnicas de organização e a tecnologia. Importância, definições e modelos de inovação. Inteligência organizacional e competitiva. Planejamento de produtos e projetos de inovação. Gestão da inovação tecnológica. Financiamento para a inovação no Brasil.		
Bibliografia básica		
CORAL, Eliza. Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2011. 269p.		
GESTÃO de redes de cooperação interempresariais em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação. Salvador: Casa da Qualidade, 2005.		
WARSCHAUER, MARK. Tecnologia e inclusão social: a exclusão social em debate. São Paulo:Editora SENAC, 2006		
Bibliografia complementar		
CORAL, ELZA et AL (Org). Gestão integrada da inovação. São Paulo: Atlas, 2008.		
MATTOS, João Roberto Loureiro de. Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática. São Paulo, SP: Saraiva, 2005.		

Disciplina: Desenvolvimento e Políticas Públicas		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFP
Ementa:		
A disciplina tem por objetivo abordar a relação entre Estado, desenvolvimento e políticas públicas. Para tratar do fator Estado, resgatará as discussões do “movimento estatista” da década de 1980, que defendia “trazer o Estado de volta” nas explicações políticas. A análise mais específica sobre o papel do Estado, culminará com uma discussão ainda recente no Brasil, mas que deriva daquela primeira, sobre as Capacidades Estatais, ou seja, sobre as habilidades de o Estado desenhar e implantar políticas para o desenvolvimento. A partir desse ponto, focará na questão do desenvolvimento, ampliando a discussão para além da dimensão da renda, buscando evidenciar os novos sentidos que têm sido atribuídos a essa variável, assim como novos atores interessados na temática. Por fim, a disciplina tratará das políticas públicas, especialmente da relação entre as políticas sociais e as demais políticas públicas na configuração de disposições institucionais e sociais mais ou menos propensa à promoção do desenvolvimento, em seu sentido ampliado.		
Bibliografia básica		

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**, Vozes, Petrópolis, 1998.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro Revista**: 5^a edição, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-5-Artigo-02.pdf>. Data de acesso: 30 de setembro de 2016.

CORDEIRO, R. M. Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. **Revista de Economia Política**, vol. 34, n. 2, p. 230-248, abr.-jun. 2014. <http://www.scielo.br/pdf/rep/v34n2/v34n2a04.pdf>. Data de acesso: 30 de setembro de 2016.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova, no.28-29 São Paulo, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006. Data de acesso: 30 de setembro de 2016.

FARAH, Marta F. S. Administração pública e políticas públicas. Rio de Janeiro 45(3):813-36, Maio/Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/11.pdf>. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

FIORI, José Luiz. **O Estado do bem-estar social: padrões e crises**. Physis: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: 7^a edição, volume 2, 1997. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>. Data de acesso: 30 de setembro de 2016.

GOMIDE, Alexandre. Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des)vantagens comparativas do Brasil. In Gomide, Alexandre; Boschi, Renato. **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_capacidades.pdf. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

_____ ; PIRES, Roberto R. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto R. **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014. 385p. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades_estatais_e_democracia_web.pdf. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

_____ ; Boschi, Renato. Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada. Brasília: Ipea, 2016. In Gomide, Alexandre; Boschi, Renato. **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_capacidades.pdf. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, Celina. **Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz**

a diferença. Texto para discussão 2035. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3455/1/td_2035.pdf. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

Bibliografia complementar

FLEURY, Sonia. Políticas Sociais e Democratização do Poder Local. In: VERGARA, Silvia; CORREA, Vera Lúcia de Alemeida. (Org.). Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

FARAH, Marta F. S. Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. **Organizações & Sociedade** (Impresso), Salvador, v. v.7, n.17, p. 59-86, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v7n17/05.pdf>. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

MATTHEUS, Felicity. Governance and State Capacity. In Levi-Faur, David. The Oxford Handbook of Governance, 2012.. Disponível em Oxford Handbooks Online: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199560530.001.0001/oxfordhb-9780199560530-e-20?print=pdf>. Data da consulta: 06 de junho de 2016.

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. A atuação dos governos locais na redução das desigualdades socioeconômicas. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas,- 2013. 209 f. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10670/Tese%20-20Fernando%20Burgos.pdf?sequence=1>. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

SPINK. P. **Para Além da Política Pública:** política pública e as múltiplas linguagens da ação pública. I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. ENEPCP – ANEPCP. Brasília 1 a 3 Dezembro 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/293811328>. Data de Acesso: 10 de novembro de 2016.

Disciplina: Negociação e Arbitragem

Semestre: Optativa **C. horária:** 60h

Formação: CFP

Ementa:

Noções gerais sobre ADR (Alternative Dispute Resolution). Noções gerais do conflito. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

Bibliografia básica

ALMEIDA, A P & MARTINELLI, D P. **Negociação:** como transformar confronto em cooperação. São Paulo: Atlas, 1997.

BAZERMAN, M.H. e NEALE, M.A. **Negociando Racionalmente.** São Paulo: Atlas, 1995.

CARMONA, C. A. **Arbitragem e processo:** um comentário à lei nr. 9307/96. 3. e.d. São

Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, G. **Negociação**: como usar a inteligência e a racionalidade. São Paulo: Atlas, 1997.

Bibliografia complementar

FISHER, Roger e URY, William. **Como chegar ao Sim**. São Paulo: São Paulo, 1985.

Disciplina: Economia Brasileira

Semestre:	C. horária: 60h	Formação: CFP
------------------	------------------------	----------------------

Ementa:

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores sócio-econômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Bibliografia básica

BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 23 ed. São Paulo: Nacional.

VASCONCELLOS, M. A S. DE; GREMAUD, A P.; TONETO JR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar

CASTRO, L. B. D; GIAMBIAGI, F.; HERMANN, J. & VILELLA, A. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Elsevier, 2004.

AÇÃO pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: 2006. 326 p. (Sociedade e Solidariedade)

Disciplina: Elaboração e Gestão de Projetos em Organizações Sociais

Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFP
---------------------------	------------------------	----------------------

Ementa:

A relevância da gestão social por meio de projetos. Planejamento e projeto: conceituação. Especificidades da organização social. Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software

Disciplina: Elaboração e Gestão de Projetos em Organizações Sociais para gerenciamento de projetos.
--

Bibliografia básica

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 2006.

CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. COHEN, Ernesto. Avaliação de projetos sociais. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 318 p

Bibliografia complementar

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ÁVILA. Célia M. de (Coord.). Gestão de projetos sociais. 3.ed. rev. São Paulo: AAPCS, 2001. Disponível em:

http://www.casa.org.br/images/PDFARQUIVOS/Gesto_de_Projetos_Sociais.pdf

Disciplina: Estratégia de Desenvolvimento Territorial
--

Semestre: Optativa

C. horária: 40

Formação: CFP

Ementa:

Desenvolvimento: significados e sentidos. Teorias do Desenvolvimento regional e territorial. Desenvolvimento como mito. Desenvolvimento e sustentabilidade. Conceito de território e escalas territoriais (local, regional e global) de desenvolvimento. Desenvolvimento territorial e políticas públicas. Gestão social dos territórios e empoderamento. Planejamento regional e estratégias de desenvolvimento territorial.

Bibliografia Básica:

BEDUCHI FILHO, L.C; ABRAMOVAY, R Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: XLI Congresso Brasileiro da Sober- 23 a 27/ Julho de 2003- Juiz de Fora-MG.
--

MYER-STAMER, Jorg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica. Disponível em: < HTTP://www.meyer-stamer.de/2001/pp28.pdf >. Acesso em 15.06.2009.

RIBEIRO. M. T. F.; MILANI, C. R. S. Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea – o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: < http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf >.
--

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, C. Território e Desenvolvimento. 2 ^a ed. Editora: UNICAP, 2012.
--

Disciplina: Estratégia de Desenvolvimento Territorial

DALLABRIDA, V. **Governança territorial e desenvolvimento.** 1^a ed. Garamond, 2013.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** 6^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HANSEN, D. L.; TEIXEIRA, O. A.; SANTANA, J. R. **Estratégias de Desenvolvimento Regional, Conceitos e Experiências.** Editora: UFS, 2010.

PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Maria Pilar. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável.** MDA/SDT/IICA. Dezembro de 2005.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** São Paulo: Vértice. 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. Ed. Garamond, 2006.

SANTOS, M. Economia Espacial. 2^a ed. São Paulo: Editora da USP, 2011.

Disciplina: Política e Administração da Educação

Semestre: Optativa

C. horária: 60 h

Formação:

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

História das Políticas Educacionais. Estado, Política, Legislação e Educação. Gestão dos Sistemas Educacionais. Síntese histórica do processo escolar brasileiro. Legislação, reformas e políticas educacionais. Planejamento e políticas públicas educacionais. Democracia e Gestão Educacional: desafios, possibilidades e tendências.

Bibliografia Básica:

CASASSUS, J. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. **Cadernos de Pesquisa.** Novembro de 2001, n. 114, pp. 07-28. São Paulo: Autores Associados.

CURY, C. R. J. [o que você precisa saber sobre...] **Legislação educacional brasileira.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação:** Análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. v. 1. 143 p

_____. (org.). **Organização do ensino no Brasil:** níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

Disciplina: Política e Administração da Educação

SOUZA, A.; GOUVEIA, A.; TAVARES, T. (org.). **Políticas Educacionais:** conceitos e debates. Curitiba: Ed. Appris, 2011.

Bibliografia Complementar:

DAVIES, Nicholas. **Legislação Educacional Federal Básica.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Tribunais de Contas e Educação:** Quem controla o Fiscalizador de recursos? Brasília: Plano 2001.

FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823 - 1988.** São Paulo, Autores Associados, 1996.

FÁVERO, Osmar\; SEMERARO, Giovanni (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, Naura e AGUIAR, Marcia. **Gestão da educação. Impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2000.

Disciplina: Direito Internacional

Semestre:

C. horária: 60h

Formação: CFP

Pré-requisito: Não tem.

Ementa: Direito Internacional Privado: objeto; fontes; conflito de leis no espaço; elementos de conexão; teoria do retorno; nacionalidade; condição do estrangeiro (vistos, modalidades de saída compulsória); reconhecimento de atos jurídicos estrangeiros públicos e privados. Direito Internacional Público: objeto; taxonomia; personalidade jurídica internacional (Estados, organizações internacionais, indivíduos, situações particulares); fontes (tratado, costume, jurisprudência, princípios gerais de direito, doutrina, atos unilaterais dos Estados, resoluções de organizações intergovernamentais); *hardlaw* e *softlaw*; relações entre direito interno e direito internacional; solução de controvérsias no âmbito internacional; responsabilidade internacional dos sujeitos jurídicos; proteção internacional aos direitos humanos. Direito Comunitário: integração regional, harmonização dos direitos internos e supranacionalidade, direito originário e direito derivado; organizações internacionais regionais; contextos de integração regional relevantes para a lusofonia.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. **Mercosul e União Europeia:** estrutura jurídico-institucional. 4. ed. atual. Curitiba: Juruá, 2010.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado:** parte geral. 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

MELLO, Celso D. Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público.** 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. 2 v.

Bibliografia complementar:

Disciplina: Direito Internacional
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. Manual de direito internacional público. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
ALMEIDA, José Gabriel Assis de. Mercosul: manual de direito da integração. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.
CANÇADO TRINDADE, A. A. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. 2. ed. Porto Alegre: Fabris, 2003.
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
CRETELLA NETO, José. Teoria geral das organizações internacionais. 3. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.
FRAGA, Mirto. Conflito entre Tratado Internacional e Norma de Direito Interno. 4. tir. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 14. ed. São Paulo: Max Limonad, 2013.
REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Disciplina: LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais (h/a)		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFG
Ementa: Conceituação e caracterização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, fonte de comunicação e expressão do surdo. Estudos dos pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira dos Sinais, instrumentos para a prática docente. Utilização de LIBRAS na comunicação entre o professor e o aluno surdo, contribuindo para o reconhecimento dos direitos e competências como sujeito e cidadão. Favorecer a socialização e inserção do aluno no ambiente escolar, bem como sua permanência nas instituições de ensino.		
Bibliografia básica:		
QUADROS, RM. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC, 2004.		
ALMEIDA, EC. Atividades ilustradas em sinais de LIBRAS. São Paulo: Revinter, 2004.		
BARBOZA, H. H. e MELLO, A.C.P. T. O surdo, este desconhecido. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1997.		
CAPOVILLA,F.C., RAPHAEL, W. D. Sinais da LIBRAS e o universo da educação. In: ENCICLOPÉDIA da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS. São Paulo, SP:		

Edusp, Vitae, Brasil Telecom, Feneis. v. 1, 340 p.).

DIDEROT, D. Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam. São Paulo, Editora Nova Alexandria, 1993.

Bibliografia complementar:

DIDEROT, D. Programa Surdez: educação, saúde e trabalho. In: MOSTRA DE EXTENSÃO, 5., 2001, Rio de Janeiro. CD-Room da 5ª Mostra de Exensão da UERJ. Rio de Janeiro: DINFO - Departamento de Informática da UERJ, 2001.

LEITE, T. de A.; MCCLEARY, L. E. Aprendizagem da língua de sinais brasileira como segunda língua: estudo em diário. In: SEMINÁRIO DO GEL, XLIX, 2001, Marília, SP. Programação e Resumos. Assis, SP: Diretoria do GEL (1999-2001), 2001.

Disciplina: Relações de gênero e étnico-raciais nas organizações

Semestre: Optativa	Carga horária: 60h	Formação:
Ementa: O propósito da disciplina é refletir sobre as relações de gênero, étnico-raciais e outras relações de poder dentro das organizações públicas, privadas e movimentos sociais, que apesar dos avanços, ainda se mostram desiguais. Também serão abordadas questões como o racismo institucional, participação feminina, principalmente mulheres negras, mulheres nas ciências, disparidade salarial e masculinidades. Temas como divisão sexual do trabalho, racismo, sexism, homofobia, transfobia e lesbofobia nas organizações também serão abordados.		

Bibliografia básica:

ALMEIDA JÚNIOR, Ademário de Jesus. Administração e racismo : ampliando as formas de análise do desenvolvimento sustentável. / Ademário de Jesus Almeida Júnior. - 2010. 161 p.

CALÀS, M. SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas nos estudos organizacionais. In.: CLEGG, S. HARDY, C. NORD, W. Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Editora Atlas, 2010. v.1.

CAPELLO, M. MELO, M. BRITO, M. BRITO, M. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. Rae-eletronica. v.3, n.2, art.22, jul-dez, 2004.

CERCHIARO, I. AYROSA, E. ZOUAIN, D. A aplicação de abordagens feministas na pesquisa em Administração. Cad.EBAPE.BR. v.7, n.4, p.650-664. Rio de Janeiro: dez, 2009.

Bibliografia complementar:

ECCEL, C. ALCADIPANI, A. (Re)Descobrindo as masculinidades. In.: FREITAS, M. DANTAS, M. (Org.). Diversidade sexual e trabalho. São Paulo:Cengage Learning, 2012. p.51-78.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1.

IRES, L. ANDRADE, S. AMORIM, W. FISCHER, A. Gênero e as práticas de gestão nas melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Gerais. v.3, n.1, p.81-94, 2010.

IRIGARAY, H. Travestis e transexuais no mundo do trabalho. In.: FREITAS, M. DANTAS, M. (org). Diversidade sexual e trabalho. São Paulo:Cengage Learning, 2012. p.121-147.

KLOPPEL, Bruna. Ciência, excelência e gênero: um olhar antropológico sobre um laboratório de engenharia. UFSC, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeiza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

Disciplina: Gestão e Liderança de Reuniões

Semestre: Optativa	C. horária: 40h	Formação:
---------------------------	------------------------	------------------

Ementa: Importância das reuniões; Produtividade das reuniões; Tipos de reuniões; Planejamento de uma reunião; Gestão de pautas; Fases da reunião; Métodos de liderança de reuniões; O papel do líder de uma reunião; Comportamento individual e grupal nas reuniões; Gestão de situações difíceis; Gestão de espaços e recursos numa reunião; Avaliação de reuniões.

Bibliografia Básica:

BARKER, Alan. **Como aproveitar melhor reuniões e debates.** Books, 2003.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas organizações.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REGO, Arménio. **Liderança de reuniões:** Na Senda de Soluções mais Criativas. Edições Sílabo, 2001.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração de empresas:** psicologia do comportamento organizacional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores:** integrando teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011

Disciplina: Tecnologias Aplicadas à Pesquisa

Semestre: Optativa	C. horária: 40h	Formação:
---------------------------	------------------------	------------------

Ementa: O papel da tecnologia na pesquisa; A tecnologia e o pesquisador; Tecnologia e Pesquisa Bibliográfica; Tecnologia e Gestão de Recursos Bibliográficos; Tecnologia na Gestão de Projetos de Pesquisa; Tecnologias na Produção de Questionários; Softwares de Análise Quantitativa de Dados; Softwares de Análise Qualitativa de Dados; Tecnologia e Texto Científico; Tecnologia na apresentação e divulgação de trabalhos Acadêmicos e Científicos.

Disciplina: Tecnologias Aplicadas à Pesquisa**Bibliografia Básica:**

CAETANO, L. D. **Tecnologias e Pesquisa.** Diponível em:

<https://issuu.com/migdias/docs/uern_tic_pesquisa>. Acesso em: 09 ouubro 2016.

LAUREANO, ; BOTELHO, M. D. C. **SPSS - O meu manual de consulta rápida.** 2^a. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2012.

SOUZA, ; COSTA, P. A.; MOREIRA, A. Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do software WebQDA. **EduSer: revista de educação, Inovação em Educação com TIC**, 2011. 19-30.

Bibliografia Complementar:

COSTA, A. P., LINHARES, R., & NERI DE SOUZA, F. Possibilidades de Análise Qualitativa no WebQDA e Colaboração entre Pesquisadores em Educação em Comunicação". ATAS DO 3º SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 2012. Universidade Tiradentes, Aracaju – Brasil, 2012, p. 276-286.

COSTA, A. P., SOUZA, D. N., SOUZA, F. N., BRZEZINSKI , I., ALARCÃO, I., AMADO, J., OLIVEIRA, M. ALARCÃO. **Investigação Qualitativa: Inovação, Dilemas e Desafios.** Ludomedia, 2015.

Hill, A., Hill, M. M. **Investigação por Questionário.** Edições Sílabo, 2008.

NAVARRO , F. C. **Excel 2013 - Técnicas Avançadas** - Col. Ferramentas Profissionais. Brasport, 2016.

RAUBENHEIMER, JACQUES. **Mendeley: Crowd-sourced Reference and Citation Management in the Information.** True Insight Publishing, 2014.

Disciplina: Políticas Públicas e Desenvolvimento**Semestre:** Optativa**C. horária:** 60**Formação:** CFP**Ementa:**

A disciplina tem por objetivo abordar a relação entre Estado, desenvolvimento e políticas públicas. Para tratar do fator Estado, resgatará as discussões do "movimento estatista" da década de 1980, que defendia "trazer o Estado de volta" nas explicações políticas. A análise mais específica sobre o papel do Estado, culminará com uma discussão ainda recente no Brasil, mas que deriva daquela primeira, sobre as Capacidades Estatais, ou seja, sobre as habilidades de o Estado desenhar e implantar políticas para o desenvolvimento. A partir desse ponto, focará na questão do desenvolvimento, ampliando a discussão para além da dimensão da renda, buscando evidenciar os novos sentidos que têm sido atribuídos a essa variável, assim como novos atores interessados na temática. Por fim, a disciplina tratará das políticas públicas, especialmente da relação entre as políticas sociais e as demais políticas públicas na configuração de disposições institucionais e sociais mais ou menos propensa à promoção do desenvolvimento, em seu sentido ampliado.

Disciplina: Políticas Públicas e Desenvolvimento

Bibliografia Básica:

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro Revista:** 5ª edição, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-5-Artigo-02.pdf>. Data de acesso: 30 de setembro de 2016.

CORDEIRO, R. M. Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. **Revista de Economia Política**, vol. 34, no 2 (135), pp. 230-248, abril-jun. 2014. <http://www.scielo.br/pdf/rep/v34n2/v34n2a04.pdf>. Data de acesso: 30 de setembro de 2016.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova, no.28-29 São Paulo, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006. Data de acesso: 30 de setembro de 2016.

FIORI, José Luiz. O Estado do bem-estar social: padrões e crises. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: 7ª edição, volume 2, 1997. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>. Data de acesso: 30 de setembro de 2016.

GOMIDE, Alexandre. Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des)vantagens comparativas do Brasil. In Gomide, Alexandre; Boschi, Renato. **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_capacidades.pdf. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

_____ ; PIRES, Roberto R. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto R. **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014. 385p. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades_estatais_e_democracia_web.pdf. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

_____ ; Boschi, Renato. Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada. Brasília: Ipea, 2016. In Gomide, Alexandre; Boschi, Renato. **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_capacidades.pdf. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, Celina. **Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença**. Texto para discussão 2035. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3455/1/td_2035.pdf. Data de acesso: 10 de novembro de 2016.

SPINK, P. **Para Além da Política Pública**: política pública e as múltiplas linguagens da ação pública. I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. ENEPCP – ANEPCP. Brasília 1 a 3 Dezembro 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/293811328>. Data de Acesso: 10 de novembro de 2016.

Bibliografia complementar:

Disciplina: Políticas Públicas e Desenvolvimento
ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento , Vozes, Petrópolis, 1998.
ATINKSON, Anthony. Desigualdade o que pode ser feito? Harvard, 2016.
CINGOLANI, L. The state of state capacity: a review of concepts, evidence and measures. Maastricht: UNO-MERIT, 2013. (Working Paper, n. 53).
FARAH, Marta F. S. Administração pública e políticas públicas. Rio de Janeiro 45(3):813-36, Maio/Jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/11.pdf . Data de acesso: 10 de novembro de 2016.
FLEURY, Sonia. Políticas Sociais e Democratização do Poder Local. In: VERGARA, Silvia; CORREA, Vera Lúcia de Alemeida. (Org.). Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003
FARAH, Marta F. S. Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. Organizações & Sociedade , Salvador, v. v.7, n.17, p. 59-86, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/osoc/v7n17/05.pdf . Data de acesso: 10 de novembro de 2016.
MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. o setor privado . 1ª ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. A atuação dos governos locais na redução das desigualdades socioeconômicas / Peter Kevin Spink. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas,- 2013. 209 f. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10670/Tese%20-%20Fernando%20Burgos.pdf?sequence=1 . Data de acesso: 10 de novembro de 2016..

Disciplina: Fichamento e Revisão de Literatura
Semestre: Optativa
C. horária: 45 h
Formação:
Pré-requisito:
Ementa: Produção de resenhas de textos científicos com a utilização da metodologia do fichamento. Elaboração. Elaboração de revisão de literatura de trabalho acadêmico, utilizando as normas de resumo, citação, referências e notas de rodapé da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
Bibliografia Básica:
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico : procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 225

Disciplina: Fichamento e Revisão de Literatura

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf. Acesso em nov. 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Profa. Paulo de Carvalho Matos. **Tipos de revisão de literatura.** Botucatu, 2015. Disponível em : <http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em nov. 2016.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 156 p. ISBN 9788576050858.

SANTOS, Valdeci. O que é e como fazer revisão da literatura na pesquisa teológica. Reformata, v.17, n.1 p. 89-104, 2012): 89-104.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2015.

Disciplina: Políticas de Segurança Pública

Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação:
--------------------	-----------------	-----------

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Administração da Segurança Pública. As atribuições e competências da União, dos Estados, dos municípios e das comunidades na construção das políticas de segurança pública: possibilidades e problemas. A segurança pública no Estado Democrático de Direitos. Gestão e recursos para as políticas de segurança pública. Diagnósticos, levantamentos e pesquisas na área de segurança pública. Modelos de gestão da segurança pública. Planejamento e Políticas públicas para prevenção, controle e combate do crime comum e organizado. Gestão integrada e participativa da Segurança Pública. Controle democrático interno e externo das Instituições da ordem e da Segurança Públicas

Bibliografia Básica:

LIMA, Roberto Kant de. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: Considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERUCHA, Jorge; Barros, Maria do Rosário Negreiros. **Políticas de segurança pública:** Dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.

XAVIER, Antônio Roberto. **Políticas Públicas de Segurança.** Perspectivas Contemporâneas, Campo Mourão, v. 3, n. 2, p. 39-72, ago./dez. 2008. Disponível em: Disponível em:

Disciplina: Políticas de Segurança Pública

<<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/443/244>>

_____. Antonio Roberto. **Do crime comum ao crime organizado:** criminalidade e as políticas públicas de segurança. Fortaleza, 2007. 234 p. (Dissertação). Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em:

<https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Ant%C3%B4nio+Roberto+Xavier&safe=active&start=10>

Bibliografia Complementar:

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento.** 2. ed. São Paulo: USP, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, Senado Federal, 1988.

BIZERRA, Maria da Conceição. Seminário Internacional políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. In: Zaverucha, Jorge; Barros, Maria do Rosário Negreiros. **Políticas de segurança pública:** Dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2001a.

GOMES, Luiz Flávio & CERVINI, Raúl. **Crime organizado:** enfoques criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal; prefácio de Alberto Zacharias Toron. 2. ed. Ver., ataul. e ampliada – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

Disciplina: Assédio moral no trabalho

Semestre: Optativa

C. horária: 60h

Formação:

Pré-requisito: Não tem

Ementa:

Assédio moral no trabalho: contextualização, conceitos e espécies. O ambiente de trabalho e as perspectivas sociológicas. Assédio moral e conflitos. Assédio moral interpessoal e organizacional. Medidas preventivas. Abordagem jurídica: legislação pertinente e alcances. Danos morais.

Bibliografia Básica:

BARRETO, M. **Violência, saúde e trabalho (uma jornada de humilhações).** São Paulo: EDUC, 2006.

HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral:** a violência perversa no cotidiano. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2000.

HIRIGOYEN, M. F. *Mal-estar no trabalho:* redefinindo do assédio moral no trabalho. Rio de

Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

ARAÚJO, A. R. Assédio moral organizacional. **Rev. TST, Brasília**, v.73, n.2, 2007.

ARAÚJO, A. R. O assédio moral organizacional e medidas internas preventivas e repressivas. In: T. C. Gosdal, L. A. P. Soboll (Org.). **Assédio moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar.** São Paulo: LTr, 2009.

FREITAS, M. E.; HELOANI, R.; BARRETO, M. **Assédio moral no trabalho.** São Paulo: Cengage, 2008.

GLINA, D. M. R.; SOBOLL, L. A. Intervenções em assédio moral no trabalho: uma revisão da literatura. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, v.37, n. 126, p. 269-283, 2006.

SOBOLL, L. A. P. **Assédio moral/organizacional:** Uma análise da organização do trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

SOBOLL, L. A. P.; GOSDAL, T. C. (Org.). **Assédio moral interpessoal e organizacional: Um enfoque interdisciplinar.** São Paulo: LTr, 2009.

Disciplina: Direitos Humanos Interculturais

Semestre: Optativas

C. horária: 60 h

Formação:

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Direitos humanos: evolução histórica e formação para a cidadania. Direitos fundamentais. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos. Novos direitos humanos: ações afirmativas e transformativas. Direitos humanos no Brasil e na África: aproximações e diferenças.

Bibliografia Básica:

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERREIRA FILHO, M. G. **Direitos humanos fundamentais.** 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MORAES, A. **Direitos humanos fundamentais:** teoria geral, comentários art. 1º ao 5º da

Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

AIVA, A. R. (Org.). *Direitos humanos em seus desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Ed. Moderna (Col. Polêmica), 2004.

DORNELLES, L.V. **O que são direitos humanos**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GORENDER, J. **Direitos humanos**: o que são?(ou devem ser?). São Paulo. Editora Senac, 2004.

HERKENHOFF, J. B. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Santuário, 2011.

LAFER, C. **A Reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SARLET . I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

Disciplina: Política e Desenvolvimento Econômico do Nordeste Brasileiro

Semestre: Optativas

C. horária: 60 h

Formação:

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Política e Desenvolvimento Econômico do Nordeste Brasileiro Ementa: Elaborar um quadro geral do processo histórico-econômico da região Nordeste desde o processo inicial de colonização até o advento da implantação do Projeto São José. Analisar o processo de implantação da lavoura canavieira nas capitâncias litorâneas como Ceará, Pernambuco e Bahia. Analisar o processo de crise da lavoura canavieira. Avaliar o impacto social e econômico das secas que atingem a região. Refletir sobre as ações das multidões de sertanejos desvalidos. Analisar o surgimento de organismos estatais de combate às secas como SEOCS, IOCS, IFOCS, DENOCS e SUDENE. Idealização e Execução do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José I (1986). O Nordeste brasileiro como tema para o ensino de História.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo:

Disciplina: Política e Desenvolvimento Econômico do Nordeste Brasileiro
Cortez, 1999.
CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.
FREYRE, Gilberto. Nordeste. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
Bibliografia Complementar:
FRAGOSO, João Luís. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro.
FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
GIRAO, Raimundo. História Econômica do Ceará. 2. ed. Fortaleza: UFC (Casa de José de Alencar), 2000.
NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fortaleza-ce: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
SOUZA, José Weyne de Freitas. Política e seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Nordeste. São Paulo: Tese de Doutorado (USP), 2009.

Disciplina: Teoria do Desenvolvimento Econômico
Semestre: Optativa
C. horária: 60 h
Formação:
Pré-requisito: Não tem.
Ementa: O objetivo desse curso é discutir a relação entre estado e as teorias do desenvolvimento econômico. Considerando que as duas coisas estão correlacionadas, faremos uma abordagem histórica desde o pensamento econômico da antiguidade até a formação até o advento do estado de bem estar social, no século XX. Faremos abordagem geral sobre os seguintes temas: estado e economia na antiguidade, estado e economia na Idade Média, mercantilismo e os estados nacionais, fisiocracia e o papel dos estados, escolas clássicas liberais e o estado, intervencionismo social, intervencionismo nacional, socialismo, escolas hedonistas e neoclássicas, escola institucionalista, economia keynesiana, economia e dinâmica macroeconômica. Analisaremos a crise de 2008 a partir da seguinte questão: essa foi uma crise do capitalismo ou uma crise do estado de bem estar social? Com base nessa indagação discutiremos a relação entre estado e mercado.
Bibliografia Básica:

Disciplina: Teoria do Desenvolvimento Econômico

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília, DF: Ed. UnB, 2014.

BAER, Werner. **A economia brasileira.** 3^a ed. São Paulo: Nobel, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 31 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 2. edição: Nacional, 1968.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico:** Fundos de Cultura, 1961.

Bibliografia Complementar:

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. (1930-1970).** 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser; REGO, José Marcio (Org.). **A grande esperança de Celso Furtado:** ensaios em homenagem aos 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

GIABIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010.** 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; Campus, 2011.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia.** 19. ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2012.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ, Garamond, 2008.

Disciplina: Análise de dados dicotomizados

Semestre: Optativas

C. horária: 45 h

Formação:

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Análise de regressão logística simples; Análise de regressão logística múltipla; Análise de regressão de Cox simples; Análise de regressão de Cox múltipla; Análise de regressão de Poisson simples; Análise de regressão de Poisson múltipla; Analise de regressão binomial negativo simples e Analise de regressão binomial negativo múltipla. Aprender a elaborar banco de dados e fazer análise estatística utilizando o software Stata/R/Spss/Minitab.

Bibliografia Básica:

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística básica.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 540 p.

Disciplina: Análise de dados dicotomizados
STEVENSON, William J. Estatística aplicada à Administração. São Paulo, SP: Harper & Row do Brasil, 1981. 495 p.
SWEENEY, Dennis J.; (THOMAS ARTHUR),. Estatística aplicada à Administração e Economia. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. xxi, 597 p.
Bibliografia Complementar:
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320 p.
MCGRANE, Angela; SMAILES, Joanne. Estatística aplicada à administração com excel. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina: História Econômica do Ceará
Semestre: Optativa C. horária: 60h Formação:
Ementa: Nesse curso abordaremos a História Econômica do Ceará desde seu processo inicial de ocupação e colonização até o ciclo do automóvel na década de 20. Esse curso é formado pelos seguintes tópicos: as populações pré-coelhinhas, A economia do Ceará no primeiro século, o fracasso das catas, as oficinas ou charqueadas, a separação de Pernambuco – os governadores – Novos empenhos. A Junta da Fazenda, o algodão, Barba Alardo e Inácio de Sampaio, banco provincial, ainda o governo Alencar, o corte anatômico de 1850, ensaios e cometimentos, cana, café, cera de carnaúba, maničoba, o colapso de 1877, de 1880 a 1920, o ciclo do automóvel.
Bibliografia básica:
FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
GARCIA, Carlos. O que é o nordeste brasileiro. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
GIRÃO, Raimundo. História econômica do Ceará. 2. ed. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar Programa Editorial, 2000.
OLIVEIRA, Francisco de. Noiva da Revolução: elegia para uma re(lí)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.
SOUZA, Simone. História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
Bibliografia Complementar:
CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. (1930-1970). 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
FREYRE, Gilberto. Nordeste. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

Disciplina: História Econômica do Ceará

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser; REGO, José Marcio (Org.). **A grande esperança de Celso Furtado: ensaios em homenagem aos 80 anos.** São Paulo: Editora 34, 2001.

SOUSA, José Weyne de Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará. **Projeto História,** São Paulo, n. 52, jan/abr. 2015.

Disciplina: Museologia, Cultura, Memória e Educação Patrimonial

Semestre: Optativa

C. horária: 60 h

Formação:

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Museologia: conceito, teoria e contextos. Memória e Museus. O Museu e o Patrimônio Histórico e Cultural. Ação Cultural e Educativa em Espaços Museológicos no Brasil e no Ceará. Gestão, Planos e Projetos Museológicos. Patrimônio: conceito e características. Diferentes tipos de patrimônio. O patrimônio no Brasil. Metodologia da educação patrimonial. Pesquisas sobre Patrimônios nacional, regional e local. Preservação e reconhecimento do patrimônio. O patrimônio e o significado identitário da sociedade.

Bibliografia Básica:

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

MAGALHÃES, Fernando. **Museus, patrimônio e identidade:** ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exploração. Porto: Profo, 2005.

SUANO, Marlene. **O que é museu.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 7 ago. 2000.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do; CHAGAS, Mário (Org.). **Subsídios para a criação de museus municipais.** Rio de Janeiro: MEC: Instituto Brasileiro de Museu e Centros Culturais, 2009.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção da Identidade

Disciplina: Museologia, Cultura, Memória e Educação Patrimonial

Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 28, 1996.

XAVIER, Antônio Roberto; SILVA, Ana Maria da; XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale. MUSEU: REAL ESPAÇO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA. In: VASCONCELOS, José Gerardo et al. (Orgs.). **História da educação: real e virtual em debate**. – Fortaleza: Edições UFC, 2012.

Disciplina: Direito Internacional

Semestre: Optativa

C. horária: 60h

Formação: CFP

Ementa: Direito Internacional Privado: objeto; fontes; conflito de leis no espaço; elementos de conexão; teoria do retorno; nacionalidade; condição do estrangeiro (vistos, modalidades de saída compulsória); reconhecimento de atos jurídicos estrangeiros públicos e privados. Direito Internacional Público: objeto; taxonomia; personalidade jurídica internacional (Estados, organizações internacionais, indivíduos, situações particulares); fontes (tratado, costume, jurisprudência, princípios gerais de direito, doutrina, atos unilaterais dos Estados, resoluções de organizações intergovernamentais); *hardlaw* e *softlaw*; relações entre direito interno e direito internacional; solução de controvérsias no âmbito internacional; responsabilidade internacional dos sujeitos jurídicos; proteção internacional aos direitos humanos. Direito Comunitário: integração regional, harmonização dos direitos internos e supranacionalidade, direito originário e direito derivado; organizações internacionais regionais; contextos de integração regional relevantes para a lusofonia.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. **Mercosul e União Europeia**: estrutura jurídico-institucional. 4. ed. atual. Curitiba: Juruá, 2010.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado**: parte geral. 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

MELLO, Celso D. Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. 2 v.

Disciplina: Direito Internacional

Bibliografia complementar:

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ALMEIDA, José Gabriel Assis de. **Mercosul:** manual de direito da integração. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos.** 2. ed. Porto Alegre: Fabris, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais.** 3. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

CRETELLA NETO, José. **Contratos internacionais:** cláusulas típicas. Campinas: Millennium Editora, 2011.

FRAGA, Mirto. **Conflito entre tratado internacional e norma de direito interno.** 4. tir. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 14. ed. São Paulo: Max Limonad, 2013.

Disciplina: Regimes Jurídicos de Prestação de Serviços Públicos

Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFG
---------------------------	------------------------	----------------------

Ementa: Prestação direta de serviços públicos pelo Estado. A decisão de delegar: benefícios, custos, assimetria de informação. Precariedade, lucratividade e outras variáveis nas modalidades de contrato: concessão, permissão, autorização, franquia, terceirização, convênio, contrato de gestão (OS), termo de parceria (OSCIP), parceria público-privada (PPP). Processos de licitação e contratação. Execução, acompanhamento e controle do contrato.

Bibliografia básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública:** concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.** 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

OLIVEIRA, Ruth Helena Pimentel de. **Entidades prestadoras de serviços públicos e responsabilidade extracontratual.** São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia complementar:

Disciplina: Regimes Jurídicos de Prestação de Serviços Públicos
ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
DERANI, Cristiane. Privatização de serviços públicos. São Paulo: Max Limonad, 2002.
FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais. Revista de Administração Pública , v.35, n. 1, p. 119-145, jan./fev. 2001.
MEIRELLES, Hely Lopes. Llicitação e contrato administrativo. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
MUKAI, Toshio. Concessões, permissões e privatizações de serviços públicos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
PEREIRA, Bresser. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Caderno 1. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.
SOUTO, Marcos Juruena Villela. Direito administrativo das concessões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

2.3.6 Flexibilidade Curricular

A flexibilidade curricular deverá conter até 20% da carga-horária total do curso. Neste sentido, estão disponibilizadas 200 horas de atividades complementares, mais 120 horas potencialmente desenvolvidas em outros cursos ou instituições, as chamadas disciplinas eletivas. No total, tem-se em torno de 11% da carga horária mínima do curso direcionados a atendimento ao requisito de flexibilização.

Do ponto de vista operacional, a coordenação do curso deverá desenvolver uma estrutura de controle das atividades dos alunos. Entende-se que cabe ao aluno a tarefa de administrar a sua realização de horas para fins do cumprimento das exigências de totalização das horas necessárias para sua graduação, devendo o mesmo procurar o órgão competente na coordenação do curso para validação dos comprovantes durante o Semestre letivo em curso, tendo como limite máximo a data de fechamento de notas do Semestre seguinte. Como diretriz de construção da carga-horária acima referida, recomenda-se sempre manter certa proporcionalidade fixa entre as diversas categorias similares em cada tipo e grupo de atividades.

2.3.7 Apoio ao Discente

O foco no êxito do aluno, de acordo com sua vocação e perfil de interesse pelos estudos universitários, constitui um dos valores da universidade. Nessa perspectiva, a Unilab desenvolve diversos programas de incentivo ao aluno e bolsas de estudo, além de programas de apoio pedagógico, em um conjunto de ações a políticas de finalidade preventiva. Estas estão disponíveis aos alunos compondo iniciativas e estímulos que objetivam sua permanência e sucesso nos estudos, superando as dificuldades que se apresentam à vida acadêmica.

Em cumprimento ao que estabelece a Portaria do Ministério da Educação nº 794, de 23 de agosto de 2013 e em consonância com o princípio da integração, que se constitui em fundamento basilar da Unilab e, portanto, deve pautar todas as suas ações, a universidade prevê, programas de acompanhamento pedagógico por meio da implantação de um sistema de tutorias acadêmicas, estruturadas de modo a corresponder às necessidades de cada aluno individualmente, no decorrer de sua formação técnica específica e de sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a Unilab criou dois instrumentos que estão disponíveis para todos os estudantes da Unilab, que possuam perfil para acessá-lo, e os alunos do curso de Administração Pública presencial beneficiam desses programas. São eles:

- a) Programa de Assistência Estudantil – PAES, que disponibiliza, por meio de recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, auxílios pecuniários para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica custeiem despesas com alimentação, moradia e transporte;
- b) Núcleo Interdisciplinar de Atenção às Subjetividades – NIAS, que disponibiliza para todos os estudantes da Unilab apoio psicossocial;
- c) Programa Bolsa Permanência (PBP): “é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas”;
- d) Programa PULSAR: O Programa Pulsar foi implantado no curso de Administração Pública, no último mês de maio de 2016. De acordo com as diretrizes do Programa, vinculado à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) o programa desenvolve

atividades que primam pela organização, acompanhamento e difusão de informações, com o intuito de garantir a permanência qualificada dos estudantes, do primeiro ao terceiro Semestre.

A princípio todos os alunos da universidade são beneficiados com bolsa de residência, acesso gratuito a todos os programas de formação e eventos, serviços de assistência em saúde, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer.

Desta forma, o apoio financeiro oferecido pela Unilab destaca-se do sistema tradicional de bolsas e expressa o desejo brasileiro de apoiar o desenvolvimento dos países parceiros.

Através do PAES, os alunos têm acessos aos diversos auxílios disponíveis: moradia, instalação, transporte, alimentação e social. Poderão habilitar-se para a concessão dos auxílios os alunos de cursos de graduação, regularmente matriculados e com frequência regular, que atendam as exigências do edital específico ou condições estabelecidas em caso do fluxo contínuo. Os valores também serão divulgados em Edital.

As concessões dos auxílios foram aprovadas pelas Resoluções Nº 07/2012 e Nº 10/2012, que regulamentam o Programa de Assistência ao Aluno (PAES).

São os seguintes auxílios existentes na Unilab:

a) Auxílio Moradia

Que tem como objetivo garantir condições de residência nos municípios sede dos *Campi* da Unilab, cujo grupo familiar resida distante da sede do curso presencial onde o aluno se encontra regularmente matriculado (fora da zona urbana dos municípios dos *Campi*), cujo acesso os *Campi* seja dificultado pela ausência de transporte regular, pela distância ou por outros fatores devidamente justificados, com documentação pertinente;

b) Auxílio Instalação

Que tem como objetivo apoiar os alunos beneficiários do Auxílio Moradia a proverem condições de fixação de residência nos municípios sede dos *Campi* da Unilab, no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos, utensílios domésticos, entre outros;

c) Auxílio Transporte

Que tem como objetivo complementar despesas com transporte e apoiar no deslocamento para a Unilab, assegurando-lhes as condições para acesso às atividades universitárias;

d) Auxílio Alimentação

Que tem como objetivo complementar despesas com alimentação e apoiar na permanência em tempo integral na universidade;

e) Auxílio Social

Que tem como objetivo apoiar alunos em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica na permanência em tempo integral na universidade, em que não se aplique a concessão dos auxílios Moradia e Instalação.

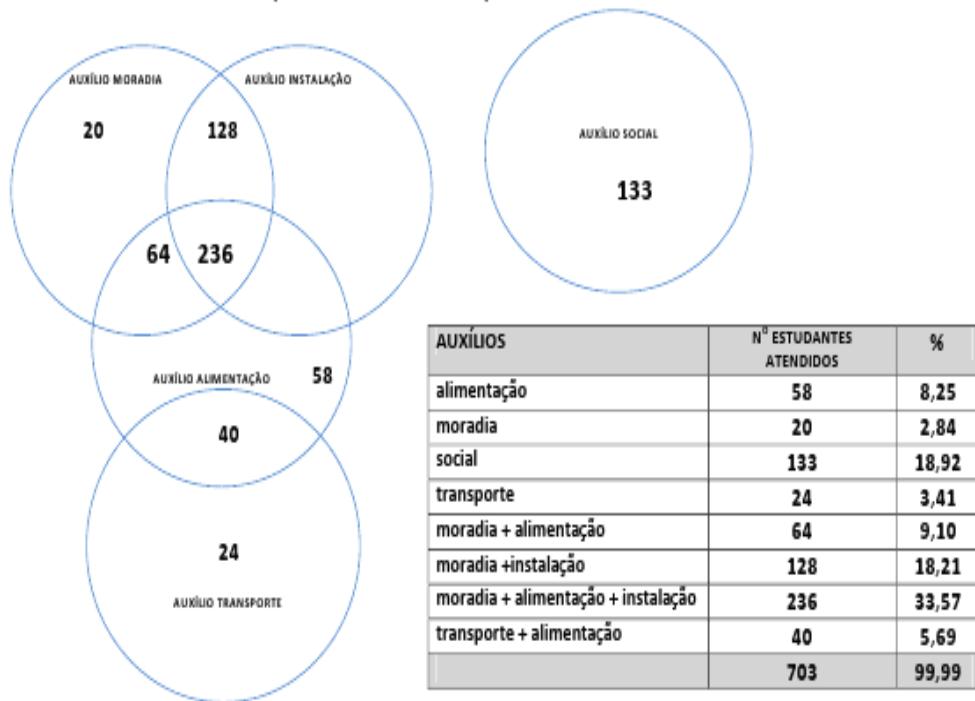
As figuras 1 e 2, a seguir, demonstram como o Programa de Assistência ao Aluno (PAES) está atualmente distribuído na Unilab:

Figura 1: Esquema resumo da abrangência do Programa de Assistência ao Aluno (PAES)

EDITAIS 017/2012, 021/2012, 025/2012 e 027/2012

Nº de inscrições: 722

Nº de estudantes atendidos: 703 (97,37 % de deferimento)



Fonte: Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis.

Figura 2: Atendimento do Programa de Assistência ao Aluno

EDITAIS 017/2012, 021/2012, 025/2012 e 027/2012				
AUXÍLIOS	Nº DE ESTUDANTES ATENDIDOS	VALOR DO AUXÍLIO	%	
MORADIA	171+20+102+147=448	50+0+0+0=76	R\$ 190,00	16,96
		113+20+03+130=372	R\$ 380,00	83,04
INSTALAÇÃO	171+21+25+147=364	50+0+0+0=67	R\$ 190,00	18,41
		113+21+25+130=297	R\$ 380,00	81,59
ALIMENTAÇÃO	101+57+87+151=398		R\$ 150,00	100
TRANSPORTE	13+26+1+24=64	1+5+0+1=9	R\$ 90,00	14,06
		3+5+0+1=9	R\$ 150,00	14,06
		2+0+0+0=11	R\$ 210,00	17,19
		7+7+1+20=35	R\$ 270,00	54,69
SOCIAL	11+71+1+30=133		R\$ 380,00	100

Fonte: Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis.

2.3.8 Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

A avaliação, entendida como integrante do processo de ensino-aprendizagem, deve ser favorecedora do crescimento do aluno em termos de desenvolver o pensamento crítico, a habilidade de análise, reflexão sobre a ação desenvolvida e coerente com uma concepção de educação, ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a sistemática de avaliação da aprendizagem será feita com base nas normas estabelecidas pela Resolução N°27Consup de 11 de novembro de 2014, da UNILAB, lembrando que o professor deve adotar um sistema de avaliação acadêmica baseado na função diagnóstica, formativa e somativa.

Esse processo avaliativo é contínuo e composto de vários instrumentos: provas e trabalhos escritos (resumos, resenhas, artigos), seminários, debates, pesquisa e produção intelectual, estudo dirigido, além da autoavaliação individual e grupal. De acordo com a

Resolução N°27/Consup de 11 de novembro de 2014, o docente tem autonomia para definir com a turma o processo avaliativo e realizar o número de avaliações que julgar necessário para o aproveitamento dos discentes. A avaliação é composta por avaliações progressivas e o Exame Final. É prevista análise de aprovação ou reprovação do aluno por sua frequência e pelo desempenho de notas:

- a) No caso da avaliação por frequência, fica definido que, nos cursos presenciais, o aluno deverá ter uma frequência mínima de 75% em cada disciplina para não ser reprovado;
- b) Na avaliação por nota de desempenho, e utilizando o sistema de notas de 0 a 10, a Média Parcial obtida deve ser igual ou superior a 7,0 (sete). A Média Parcial é obtida pela média aritmética de todas as avaliações obtidas pelo aluno ;
- c) O aluno que obtiver Média Parcial (MP) igual ou superior a 04 (quatro) e inferior a 07 (sete) e assiduidade igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) terá direito a realizar o Exame Final (EF);
- d) Para ser aprovado, após o Exame Final, deverá obter Média Final igual ou superior a 05 (cinco). A Média Final é calculada da seguinte forma: $MF = (MP+EF)/2$;
- e) O aluno que obtiver Média Final inferior a 5,0 (cinco) será registrado no Sistema Acadêmico como Reprovado por Média

Deve-se também avaliar a disciplina e seu desempenho, objetivando detectar falhas cometidas que serão corrigidas no planejamento da disciplina, contribuindo para a melhoria da qualidade do profissional que se pretende formar.

A coordenação do curso deverá estimular os professores a utilizarem diferentes modalidades de ferramentas de avaliação para aplicação das avaliações com nota, embora o professor tenha sempre a decisão sobre qual a melhor forma de desenvolver a aferição de notas de sua disciplina.

3 RECURSOS

3.1 CORPO DOCENTE

De acordo com a Lei de criação da Unilab, com a finalidade de cumprir sua missão institucional específica de formar cidadãos aptos a contribuir para a integração dos países membros da CPLP, especialmente os países africanos, para o desenvolvimento regional e para o intercâmbio cultural, científico e educacional com os países envolvidos, a Unilab observa os seguintes pontos:

- a) O quadro de professores da Unilab deverá ser formado mediante seleção aberta aos diversos países envolvidos, e o processo seletivo versa sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre todos os candidatos de forma a estimular a diversidade do corpo docente;
- b) A Unilab poderá contratar professores visitantes com reconhecida produção acadêmica afeta à temática da integração com os países membros da CPLP, especialmente os países africanos, observadas as disposições da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993 e da Lei nº 12.772 de 2012;
- c) Os processos de seleção de docentes serão conduzidos por banca com composição, respeitando as resoluções que normatizam a temática, como se seguem: Resolução 00cinco de 22 de março de 2013; Resolução 00seis de 08 de abril de 2013; Resolução 008, de 20 de abril de 2013 e a Resolução 012 de 23 de julho de 2013.

Os docentes da Unilab estão submetidos às seguintes leis: 7.596, de 10 de abril de 1987, 11.784, de 22 de setembro de 2008, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Além disso, aplicam-se aos cargos efetivos de professor da Carreira de Magistério Superior as disposições da Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006.

O docente da Unilab deve:

- a) Conhecer o projeto da Unilab e por ele sentir-se co-responsável;
- b) Reconhecer o papel integrador e particular da Unilab, sua missão e objetivos institucionais;
- c) Interagir com a comunidade interna e externa com respeito, ética e efetividade, promovendo a cidadania e inclusão social;

- d) Ter pleno domínio do conhecimento, mantendo-se atualizado sobre os avanços nas áreas do saber nas quais atua;
- e) Comprometer-se permanentemente com a produção de novos conhecimentos;
- f) Disseminar o conhecimento por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- g) Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e crítico, e do pensamento reflexivo nos alunos;
- h) Buscar atender as necessidades dos diversos setores da sociedade e estabelecer, com essa, uma relação de reciprocidade;
- i) Discutir com os alunos os problemas contemporâneos, em particular, os nacionais e regionais;
- j) Contribuir para a gestão da Universidade;
- k) Contribuir para o desenvolvimento humano sustentável; e,
- l) Investir permanentemente na sua formação didático-pedagógica.

Atualmente o curso de Administração Pública tem 256 alunos e 20 professores efetivos.

3.1.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Instituído pela Portaria do Ministério da Educação, nº 147/2007, e está regulamentado na Unilab pela Resolução do Conselho Universitário nº 15/2011. Conforme o previsto na Resolução nº 15/2011 – Consup/Unilab, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do curso, com atuação no “processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso”. (Art. 2º). É uma Instância autônoma, colegiada e interdisciplinar, tem suas atribuições definidas pela referida resolução e vincula-se à Coordenação do Curso. O NDE é constituído por um mínimo de cinco professores doutores com Dedicação Exclusiva, todos membros do Corpo Docente do Curso, sob a presidência nata do Coordenador do Curso e tem as seguintes atribuições:

- h) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- i) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- j) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

k) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Administração.

l) Coordenar as atividades de avaliação do projeto pedagógico do curso

Atualmente, compõem o NDE do Curso de Administração Pública presencial, Bacharelado os professores:

- Dra. Andrea Yumi Sujishita Kanikadan

- Dr. Antônio Roberto Xavier

- Dr. Carlos Mendes Tavares

- Dra. Eliane Barbosa da Conceição

- Dr. Luís Miguel Dias Caetano

- Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne

- Dr. Pedro Rosas Magrini

A presidência do NDE é do(a) Coordenador(a) de Curso.

3.1.2 Funcionamento do colegiado do Curso de Administração Pública

O Colegiado do Curso de Administração Pública presencial é o órgão com função normativa, deliberativa e consultiva do planejamento acadêmico concernente às atividades de pesquisa, ensino e extensão. Sua composição e funcionamento são definidos pelo Regimento Geral da Unilab.

O colegiado é composto pelo coordenador do curso, por um representante docente de cada uma dos seus setores de estudo.

São atribuições do colegiado do Curso de Administração Pública presencial:

a) Cumprir e fazer cumprir as normas da graduação em sua totalidade;

b) Elaborar o seu regimento interno;

c) Discutir e deliberar sobre as questões relativas à análise do Projeto Pedagógico do Curso e sobre as alterações necessárias encaminhadas pelo Núcleo docente Estruturante;

d) Julgar as solicitações de afastamento de docentes do Curso, nos casos de participação em eventos científicos e atividades acadêmicas;

e) Analisar e aprovar os planos de ensino das obrigatorias e optativas do Curso, propondo alterações quando necessárias;

- f) Emitir parecer sobre processos de transferência interna e externa de alunos a serem admitidos ou desligados do Curso;

3.1.2.1 Atuação do coordenador

O coordenador de curso de Administração Pública, presencial tem como responsabilidade coordenar todas as ações de competência do colegiado do curso previstas nos Artigos 49 e 50 do Estatuto da Unilab.

O Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública presencial desenvolve ações promotoras e incentivadoras do desenvolvimento da qualidade do ensino-aprendizagem para as disciplinas obrigatórias, optativas e atividades complementares. Seu principal objetivo de ação é com a formação de profissionais altamente qualificados e comprometidos com as questões da sociedade e, assim, preparados para responder às demandas sociais e de mercado de trabalho na área de Administração Pública. Desse modo, é o responsável direto pela implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

O/A coordenador/a do curso é membro do Conselho da Unidade Acadêmica, conforme estatuto da universidade.

3.1.2.2 Regime de Trabalho do Coordenador do curso

A Coordenadora interina do Curso Administração pública é servidora federal lotada no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Unilab em regime de 40 horas e dedicação exclusiva.

3.1.2.4 Carga horária da Coordenadora do Curso

A carga horária da coordenadora interina do Curso é de 20 horas semanais, reservadas para o planejamento das ações demandadas pelas disciplinas deste PPC, relativas às questões didático, pedagógicas e metodológicas, reservando uma parte das horas para o atendimento aos docentes e discentes.

3.2 CORPO DISCENTE

O curso de Administração Pública, presencial da Unilab, dos *Campi* do Ceará tem em 2016.1, trezentos e trinta e seis alunos matriculados.

3.3 INFRAESTRUTURA

O Curso de Administração Pública, presencial, dispõe de uma sala para coordenação que é composta pelo colegiado do curso, seu coordenador, a representação estudantil e técnico administrativo. Os *Campi* do Ceará, onde funciona o referido curso (Liberdade, Palmares e Auroras) contam com blocos didáticos, onde funcionam salas de aula equipadas de data-show e quadros brancos. As aulas do curso de Administração Pública, presencial, funcionam nesses blocos didáticos, que possuem estrutura de anfiteatro, cantinas, áreas de lazer e banheiros.

As disciplinas Informática para Administradores e Metodologia de trabalho Científico são ministradas nos laboratórios de informática nos *Campi* da Liberdade e das Auroras, que possuem cinquenta computadores, respectivamente, com acesso a internet.

Esta estrutura é complementada com a disponibilidade de espaço de estudo e de materiais de pesquisa, acervo bibliográfico da biblioteca da universidade, com acervo de livros previsto para atender adequadamente a todas as demandas da bibliografia básica e da bibliografia complementar do curso. Além disso, a biblioteca da Unilab conta com a assinatura dos periódicos CAPES, uma base de dados com amplo acervo eletrônico que contempla diversas áreas do conhecimento e proporciona ao discente e ao docente uma rica fonte de pesquisa acadêmica.

A Unilab dispõe também de infraestrutura geral para atendimento pleno do aluno, tais como: banheiros, espaços de convivência, refeitório, anfiteatro, auditório etc. Todos os espaços contemplam requisitos condizentes com as atividades desenvolvidas em várias dimensões, tais como: limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

É garantido aos portadores de necessidades especiais um amplo acesso a todas as dependências, aos equipamentos e a áreas de atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unilab. São exemplos desta condição: rampas de acesso, espaços reservados, capacidade de acesso às dependências acadêmicas e administrativas etc. As ações para a garantia de acesso e

serviços agregados serão pautadas no Decreto N° 5.296 de dezembro de 2004 ou em outra legislação que vier em sua substituição ou complemento.

4 AVALIAÇÃO

4.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O curso de Administração Pública, presencial, da Unilab é avaliado na primeira instância pelos três componentes principais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): 1) a avaliação das instituições, 2) dos cursos e 3) do desempenho dos alunos.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições do ensino integra procedimentos de avaliação e supervisão a serem implementados pela Unilab em atendimento ao artigo 9º, inciso IX, da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - e às determinações legais e regimentais do Ministério da Educação, especialmente ao disposto na Lei nº 10.861/2004. As especificações de cada atividade do SINAES nortearão a execução das atividades do curso, com a finalidade de alcançar o reconhecimento institucional definido, além de buscar a excelência no atendimento aos critérios definidos.

4.2 AVALIAÇÃO DOCENTE

O sistema de avaliação, discutido e aprovado no colegiado do curso, abrange a avaliação do desempenho do corpo docente do curso, realizada através de questionário respondido pelo discente, nas disciplinas ministradas por cada docente. Entende-se que o processo de melhoria contínua do curso passa obrigatoriamente pela avaliação que os discentes farão relativas às disciplinas cursadas e pela análise que os respectivos docentes realizarão com base nos resultados da avaliação. O processo de avaliação docente deve ser institucionalizado e padronizado, de forma que as informações possam servir de base e comparação às decisões estratégicas do curso.